COMITÉ INVISÍVEL

A INSURREIÇÃO QUE VEM

LISBOA
EDIÇÕES ANTIPÁTICAS
2010

Titulo Original: *L'Insurrection Qui Vient*
Autor: *Comité Invisível*
Tradução: *Edições Antipáticas*
Paginação: *F.U.C.K. (freaks unidos contra o kapitalismo)*
Impressão: *Publidisa*

Edição origínal a Março de 2007 em França
pelas Editions La Fabrique.

Lisboa. Maio de 2010.

Edições Antipáticas / Rádio Leonor
Radioleonor.org Radioleonor@gmail.com

Comité Invisível - Bloom0101.org

Índice

Qualquer que seja o ponto de vista	7
Primeiro Círculo	14
Segundo Círculo	22
Terceiro Círculo	32
Quarto Círculo	45
Quinto Círculo	58
Sexto Círculo	69
Sétimo Círculo	83
Em Marcha	97
Encontrar-se	101
Organizar-se	109
Insurreição	127
Posfácio: Ponto de situação	151

COMITÉ INVISÍVEL

A INSURREIÇÃO QUE VEM

Qualquer que seja o ponto de vista que adoptarmos, o presente é um beco sem saída. Não é essa a menor das suas virtudes. Aqueles que desejariam acima de tudo esperar, vêem ser-lhes retirado qualquer tipo de sustentação. Os que pretendem ter soluções vêem-se imediatamente desmentidos. Toda a gente sabe que as coisas só podem ir de mal a pior. «O futuro já não tem futuro» constitui a sabedoria de uma época que atingiu, sob a sua aparência de extrema normalidade, o nível de consciência dos primeiros punks.

A esfera da representação política fecha-se. Da esquerda à direita, é o mesmo vazio que toma, alternadamente, a forma de cão de guarda ou ares de virgem, os mesmos técnicos de vendas que mudam de discurso conforme as últimas descobertas do departamento de comunicação. Aqueles que ainda votam parecem ter como única intenção rebentar com as urnas, à força de votarem como puro acto de protesto. Começamos a pensar que é efectivamente *contra o próprio voto* que as pessoas continuam a votar. Nada daquilo que se apresenta está à altura da situação, nem de longe nem

de perto. Até no seu silêncio, a população parece infinitamente mais adulta do que todos os fantoches que se atropelam para a governar. Há mais sabedoria nas palavras de qualquer *chibani*[1] de Belleville do que em todas as declarações juntas dos nossos auto-denominados dirigentes. A tampa da panela de pressão foi fechada com três voltas, mas lá dentro as tensões sociais não param de aumentar. Vindo da Argentina, o espectro do «*Que se vayan todos!*» começa seriamente a assombrar as cabeças dirigentes.

O incêndio de Novembro de 2005 continuará a projectar a sua sombra sobre todas as consciências. Estas primeiras fogueiras de festa são o baptismo de uma década cheia de promessas. Se não falta eficácia à fábula mediática dos subúrbios-contra-a-República, falta-lhe a verdade. Fogos houve que tomaram os centros das cidades e foram metodicamente abafados. Ruas inteiras de Barcelona arderam em solidariedade sem que ninguém a não ser os seus habitantes o soubesse. E nem sequer é verdade que o país tenha deixado de arder desde então. Encontramos entre os acusados todo o tipo de perfis que nada unifica

1 - Chibani (sub.): «Idoso» em Árabe; termo geralmente empregue para denominar os imigrantes magrebinos que residem em França desde a década de 60. (NT)

- nem a pertença a uma classe, a uma raça ou a um bairro - a não ser o ódio à sociedade existente. O que é inédito não é a «revolta dos subúrbios» — já não era novidade nos anos oitenta — mas sim a ruptura com as suas formas estabelecidas. Os atacantes já não ouvem ninguém, nem os irmãos mais velhos, nem as associações locais, que deviam organizar o regresso à normalidade. Nenhum SOS Racismo poderá mergulhar as suas raízes cancerosas neste acontecimento, a que só o cansaço, a adulteração e a *omertà*[2] mediáticas puderam fingir ter posto um fim. Toda esta série de golpes nocturnos, ataques anónimos, destruições sem palavras teve o mérito de abrir ao máximo a brecha entre *a* política e *o* político. Ninguém pode honestamente negar a força de evidência do ataque que não formula qualquer reivindicação, qualquer mensagem a não ser a da ameaça; que não quer saber *da* política para nada. É preciso ser-se cego para não ver tudo o que há de puramente político nesta negação resoluta *da* política; ou então não ter qualquer conhecimento dos movimentos autónomos da juventude dos últimos trinta anos. Como crianças perdidas, queimámos os primeiros *bibelots* de uma sociedade que não merece mais consideração do

2 - Omertá: Código de silêncio adoptado pelos membros da Cosa Nostra a desde a década de 60. (NT)

que os monumentos de Paris no fim da Semana Sangrenta[3], e que o sabe perfeitamente.

Não haverá solução *social* para a situação presente. Desde logo, porque o vago agregado de meios, instituições e bolhas individuais, a que chamamos por antífrase «sociedade», não tem consistência; segundo, porque já não existe linguagem para a experiência comum. E não existe partilha de riqueza sem a partilha de uma linguagem. Foi necessário meio século de luta pelas Luzes para forjar a possibilidade da Revolução Francesa, e um século de luta pelo trabalho para dar à luz um horroroso «Estado Providência». As lutas criam a linguagem com que se diz a nova ordem. Hoje, não há nada comparável. A Europa é um continente falido que vai às escondidas fazer compras ao Lidl e viaja em *low cost* para continuar a viajar. Nenhum dos «problemas» que se formulam na linguagem social tem solução. As questões das «pensões de reforma», da «precariedade», dos «jovens» e da sua «violência» só podem ficar em suspenso, enquanto se lida de forma

3- Período final da Comuna de Paris, de 22 a 28 de Maio de 1871, quando as tropas de Versalhes massacraram os insurrectos parisienses. Vários palácios e monumentos da cidade foram então destruídos ou incendiados durante os combates. (NT)

policial com as passagens ao acto, cada vez mais impressionantes, que aquelas dissimulam. Não é possível embelezar o facto de se ter de limpar - a preço de saldos - o rabo a velhotes abandonados pelos seus familiares e que nada têm a dizer. Os que encontraram menos humilhações e mais benefícios nos meios criminosos do que na limpeza das ruas não deporão as suas armas, e não é a prisão que lhes vai inculcar o amor pela sociedade. A fúria hedonista das hordas de reformados não suportará passivamente os cortes dissimulados nos seus rendimentos mensais, e não pode senão aumentar perante a recusa do trabalho por uma larga fatia da juventude. Finalmente, nenhum rendimento garantido negociado um dia após uma quase-revolta poderá lançar as bases de um novo *New Deal*, de um novo pacto, de uma nova paz. O sentimento social já se evaporou demasiado para que isso possa acontecer.

Em matéria de soluções, a pressão para que *nada aconteça*, e com ela a divisão policial do território em quadrículas, não vai parar de crescer. O *drone* que, no passado dia 14 de Julho e segundo declarações da própria polícia, sobrevoou *Seine-Saint-Denis*[4] desenha o futuro a cores mais nítidas

4 - Seine-Saint-Denis: Subúrbio localizado a Nordeste de Paris. (NT)

do que todas as brumas humanistas. O facto de terem feito questão de precisar que ele não estava armado mostra muito claramente o caminho em que nos encontramos. O território será dividido em zonas cada vez mais estanques. Auto-estradas colocadas nos limites de um «bairro sensível» formarão um muro invisível, separando-o ao mesmo tempo das zonas de vivendas. Apesar do que possam pensar as boas almas republicanas, a gestão dos bairros «por comunidade» é notoriamente a mais operativa. As parcelas exclusivamente metropolitanas do território, os principais centros das cidades, levarão as suas vidas luxuosas numa desconstrução cada vez mais rebuscada, cada vez mais sofisticada, cada vez mais resplandecente. Iluminarão o planeta inteiro com a sua luz de bordel enquanto as patrulhas da BAC[5], as empresas de segurança privada — em suma, as milícias — se multiplicarão até ao infinito, beneficiando de uma cobertura judicial cada vez mais descarada.

O impasse do presente, perceptível em todo o lado, é negado em todo o lado. Nunca tantos

5 - Brigade anticriminalité: Corpo de polícia urbana francesa especializado em «bairros problemáticos». (NT)

psicólogos, sociólogos ou literatos se dedicaram a ele, cada um com o seu jargão particular, ao qual falta sobretudo qualquer tipo de conclusão. Basta ouvir a música dos nossos dias, as lamechices da «nova canção francesa», onde a pequena burguesia disseca os seus estados de alma, e as declarações de guerra da Máfia K'1 Fry[6] para perceber que a coexistência acabará daqui a pouco, que a decisão está para breve.

Este livro é assinado com o nome de um colectivo imaginário. Os seus redactores não são os seus autores. Limitaram-se a pôr um pouco de ordem nos lugares-comuns da época, naquilo que se sussurra nas mesas dos bares, por detrás das portas fechadas dos quartos. Não fizeram mais do que fixar as verdades necessárias, cujo recalcamento universal enche os hospitais psiquiátricos e os olhares de mágoa. Fizeram-se escribas da situação. É um privilégio das circunstâncias radicais que o rigor conduza logicamente à revolução. Basta falar daquilo que temos à frente dos olhos e não nos esquivarmos às conclusões.

6 - Grupo de Hip-Hop famoso em França. (NT)

PRIMEIRO CÍRCULO
"I am what I am"

«I AM WHAT I AM.» É esta a última oferenda do marketing ao mundo, o estádio último da evolução publicitária, para lá, muito para lá de todas as exortações a sermos diferentes, a sermos nós próprios e a bebermos Pepsi. Décadas de conceitos para aqui chegar, à tautologia pura. EU = EU. Ele corre na passadeira à frente do espelho do ginásio. Ela volta do trabalho ao volante do Smart. Será que se vão encontrar?

«EU SOU AQUILO QUE SOU.» O meu corpo pertence-me. Eu sou eu, tu és tu, e *isto não vai nada bem*. Personalização de massa. Individualização de todas as condições — de vida, de trabalho, de infelicidade. Esquizofrenia difusa. Depressão galopante. Atomização em pequenas partículas paranóicas. Histerização do contacto. Quanto mais quero ser Eu, maior é a sensação de vazio. Quanto mais me exprimo, mais me esgoto. Quanto mais vou atrás das coisas, mais cansado fico. Eu ocupo-me, tu ocupas-te, nós ocupamo-nos do nosso Eu como num entediante balcão de atendimento. Tornámo-nos os representantes

de nós próprios — estranho comércio, fiadores de uma personalização que se assemelha, afinal, a uma amputação. Afiançamos até à ruína, com uma falta de jeito mais ou menos disfarçada.

No entretanto, *faço a gestão*. Da procura de uma identidade, do meu blog, do meu apartamento, das últimas patetices da moda, das histórias a dois ou de cama… a quantidade de próteses que é preciso para sustentar um Eu! Se «a sociedade» não se tivesse tornado esta abstracção completa, designaria o conjunto das muletas existenciais que me estendem para que me continue a arrastar, o conjunto das dependências que contraí em troca da minha identidade. *O deficiente constitui o modelo da cidadania que vem*. Não é sem uma certa dose de premonição que as associações que o exploram reivindicam actualmente para o deficiente um «rendimento de subsistência».

A obrigação constante de «ser alguém» preserva o estado patológico que torna necessária esta sociedade. A obrigação de ser forte produz a fraqueza pela qual ela se mantém, ao ponto de *tudo parecer assumir um aspecto terapêutico*, até trabalhar, até amar. Todos os «tudo bem?» que trocamos ao

longo do dia sugerem uma sociedade de pacientes sempre a medir a temperatura uns dos outros. A sociabilidade é actualmente formada por mil pequenos nichos, mil pequenos refúgios onde uma pessoa se mantém quentinha. Onde se está sempre melhor do que no muito frio que faz lá fora. Onde tudo é falso, porque não passa de um pretexto para nos aquecermos. Onde nada pode acontecer porque estamos todos silenciosamente ocupados a tiritar em conjunto. Em breve, esta sociedade só se aguentará através da tensão de todos os átomos sociais em direcção a uma cura ilusória. É uma central que faz funcionar as suas turbinas graças a um gigantesco reservatório de lágrimas, sempre à beira de transbordar.

«I AM WHAT I AM.» Nunca a dominação tinha encontrado palavra de ordem tão insuspeita. A manutenção do Eu num estado de semi-ruína permanente, de semi-desfalecimento crónico, é o segredo mais bem guardado do actual estado de coisas. O Eu frágil, deprimido, auto-crítico, virtual é, por essência, o sujeito indefinidamente adaptável que requer uma produção baseada na inovação, na obsolescência acelerada das tecnologias, na constante transformação das

normas sociais, na flexibilidade generalizada. É ao mesmo tempo o mais voraz consumidor e, paradoxalmente, o *Eu mais produtivo*, aquele que se lançará com mais energia e avidez sobre o mais pequeno *projecto*, para depois voltar ao seu estado larvar original.

«AQUILO QUE SOU», então? Atravessado desde a infância por fluxos de leite, de cheiros, de histórias, de sons, de afectos, de cantilenas, de substâncias, de gestos, de ideias, de impressões, de olhares, de cantos e de comida. Aquilo que sou? Completamente ligado a lugares, sofrimentos, antepassados, amigos, amores, acontecimentos, línguas, recordações, a todo o tipo de coisas que, obviamente, *não são eu*. Tudo o que me prende ao mundo, todos os laços que me constituem, todas as forças que me povoam não tecem uma identidade, como me incitam a apregoar, mas antes uma *existência*, singular, comum, viva, e de onde, aqui e ali, de vez em quando, emerge esse ser que diz «eu». O nosso sentimento de inconsistência é apenas o efeito dessa crença tola na permanência do Eu, e da pouca atenção que concedemos àquilo que nos constitui.

É vertiginoso ver o «I AM WHAT I AM» da Reebok entronado no topo de um

arranha-céus de Xangai. O Ocidente avança em todas as direcções, tal como o seu cavalo de Tróia preferido, essa antinomia mortífera entre o Eu e o mundo, o indivíduo e o grupo, entre enraizamento e liberdade. A liberdade não é o gesto de nos desfazermos dos nossos laços, mas a capacidade *prática* de agirmos sobre eles, de nos movermos dentro deles, de os estabelecermos ou de os cortarmos. A família só existe como família, isto é, como inferno, para aquele que renunciou a alterar-lhe os mecanismos debilitantes, ou que não sabe como o fazer. A liberdade de uma pessoa *se subtrair* foi sempre o fantasma da liberdade. Nunca nos desembaraçamos daquilo que nos bloqueia sem ao mesmo tempo perdermos aquilo sobre o qual as nossas forças se poderiam exercer.

«I AM WHAT I AM» não é portanto uma simples mentira, uma simples campanha publicitária, mas sim uma campanha *militar*, um grito de guerra lançado contra tudo o que existe entre os seres, contra tudo o que circula indistintamente, tudo o que os liga invisivelmente, tudo o que serve de obstáculo à desolação completa, contra tudo o que faz com que nós *existamos* e que o mundo inteiro não se

assemelhe a uma auto-estrada, a um parque de diversões ou a uma nova cidade tédio puro, bem ordenado e sem paixão, espaço vazio, glacial, onde só transitam corpos registados, moléculas automóveis e mercadorias ideais.

A França não seria a pátria dos ansiolíticos, o paraíso dos anti-depressivos, a Meca da neurose se não fosse simultaneamente a campeã europeia da produtividade horária. A doença, o cansaço, a depressão podem ser vistos como sintomas *individuais* daquilo que é preciso curar. Contribuem dessa forma para a manutenção da ordem existente, para a minha adaptação dócil a normas idiotas, para a modernização das minhas muletas. Encobrem a selecção que eu próprio faço entre as minhas inclinações oportunas, conformes, produtivas, e aquelas de que, com jeitinho, será preciso fazer o luto. «É preciso saber mudar, sabes?» No entanto, tomadas como *factos*, as minhas falhas podem também levar ao desmantelamento da hipótese do Eu. Tornam-se então actos de resistência na guerra que está em curso. Tornam-se rebelião e centro de energia contra tudo aquilo que conspira para nos normalizar, para nos amputar. *Não é o Eu que está*

em crise, mas sim a maneira como nos querem impor esse Eu. Querem tornar-nos Eus bem delimitados, isolados, classificáveis e catalogáveis por qualidades, numa palavra, controláveis, quando somos criaturas entre as criaturas, singularidades entre os nossos semelhantes, carne viva que compõe a carne do mundo. Ao contrário do que nos dizem desde pequenos, a inteligência não é a capacidade de adaptação — ou, se isso é inteligência, será a dos escravos. A nossa inadaptação, o nosso cansaço, só são *problemas* do ponto de vista de quem nos quer subjugar. Indicam sobretudo um ponto de partida, um ponto de confluência para cumplicidades inéditas. Deixam entrever uma paisagem muito mais deteriorada, mas infinitamente mais partilhável do que todas as fantasmagorias que esta sociedade alimenta a respeito de si própria.

Nós não estamos deprimidos, estamos em greve. Para aqueles que se recusam a gerir-se a si próprios, a «depressão» não é um estado mas sim uma passagem, um adeus, um passo para ao lado, em direcção a uma desfiliação *política*. A partir daí, a única conciliação possível é a dos medicamentos e a da polícia. É por isso que esta sociedade não

hesita em impôr Ritalin[7] às suas crianças mais irrequietas, enredando-as tranquilamente nas teias da dependência de fármacos e pretendendo conseguir detectar «distúrbios comportamentais» desde os três anos. Porque é a hipótese do Eu que está a abrir brechas por todo o lado.

---

7 - Ritalin: Fármaco. Estimulante do sistema nervoso central, utilizado sobretudo em crianças a quem foram diagnosticadas dificuldades de concentração e hiperactividade. (NT)

SEGUNDO CÍRCULO
"A diversão é uma necessidade vital"

Um governo que declara o estado de emergência contra miúdos de quinze anos. Um país que coloca a sua salvação nas mãos de uma equipa de futebol. Um bófia numa cama de hospital que se queixa de ter sido vítima de «violências». Um governador civil que toma medidas contra quem construir cabanas nas árvores. Duas crianças de dez anos, em Chelles, inculpadas pelo incêndio de uma ludoteca. Esta época revela um talento especial para um certo grotesco de situação, que a cada momento parece escapar-lhe. É preciso dizer que os média não se poupam a esforços para, nos registos da queixa e da indignação, abafarem a explosão de riso com que notícias destas deviam ser recebidas.

O rebentar de uma explosão de riso seria a resposta adequada a todas as graves «questões» que a actualidade tanto gosta de levantar. A começar pela mais repisada de todas: a «questão da imigração», que não existe. Quem é que ainda cresce no mesmo sítio onde nasceu? Quem é que vive no mesmo sítio onde cresceu? Quem é que

trabalha no mesmo sítio onde vive? Quem é que vive no mesmo sítio onde os seus antepassados viveram? E as crianças desta época são filhas de quem, da televisão ou dos pais? A verdade é que fomos, em massa, arrancados a toda e qualquer pertença, já não somos de lado nenhum, e que daí resulta, a par de uma inédita propensão para o turismo, um inegável sofrimento. A nossa história é a das colonizações, das migrações, das guerras, dos exílios, da destruição de qualquer enraizamento. Foi a história de tudo isso que fez de nós estrangeiros neste mundo, convidados na nossa própria família. Fomos expropriados da nossa língua pelo ensino, das nossas canções pelos espectáculos de variedades, da nossa carne pela pornografia de massa, da nossa cidade pela polícia, dos nossos amigos pelo trabalho assalariado. A isto junta-se, em França, o trabalho feroz e secular de individualização levado a cabo por um poder de Estado que regista, compara, disciplina e separa os seus cidadãos desde a mais tenra idade, que tritura instintivamente as solidariedades que lhe escapam, de modo a que não reste nada senão a cidadania, a pura pertença — fantasmática — à República. O francês, mais do que qualquer outra coisa, é o espoliado, o

miserável. O ódio que tem ao estrangeiro funde-se com o ódio a si próprio *enquanto estrangeiro*. O misto de inveja e terror que sente em relação às *«cités»*[8] revela apenas o seu ressentimento por tudo o que perdeu. Não consegue evitar invejar esses bairros ditos «problemáticos» onde ainda persiste um pouco de vida comum, alguns laços entre as pessoas, algumas solidariedades não-estatais, uma economia informal, uma organização que ainda não se separou daqueles que se organizam. Chegámos a um ponto tal de privação que a única maneira de nos sentirmos franceses é barafustarmos contra os imigrantes, contra aqueles que são mais visivelmente *estrangeiros como eu*. Os imigrantes ocupam neste país uma curiosa posição de soberania: *se eles cá não estivessem, os franceses talvez já não existissem.*

A França é um produto da sua escola, e não o inverso. Vivemos num país excessivamente escolar, onde as pessoas se lembram do exame do bac como um momento marcante na vida. Onde há reformados que ainda falam de como, há quarenta anos, chumbaram neste ou naquele

---

8 - Cités: Termo informal empregue para designar os grandes bairros de realojamento localizados na periferia dos centros urbanos. (NT)

exame, e como isso lhes pesou durante toda a sua carreira, toda a sua vida. A escola republicana vem formando, de há um século e meio para cá, um tipo de subjectividades estatizadas, perfeitamente reconhecíveis em toda a gente. Pessoas que aceitam a selecção e a competição desde que haja igualdade de oportunidades. Que esperam da vida que cada um seja recompensado, como num concurso, de acordo com o seu mérito. Que pedem licença por tudo e por nada. Que respeitam silenciosamente a cultura, os regulamentos e os melhores alunos da turma. Até a sua estima pelos grandes intelectuais críticos e pela sua rejeição do capitalismo estão impregnadas deste amor pela escola. E é esta construção estatal das subjectividades que, dia após dia, se vai a pouco e pouco desmoronando com a decadência da instituição escolar. O reaparecimento, nos últimos vinte anos, da escola e da cultura de rua — em competição com a escola republicana e a sua cultura de papelão — constitui o golpe mais profundo que o universalismo francês sofre actualmente. Neste ponto a direita mais extremista reconcilia-se antecipadamente com a esquerda mais virulenta. Apenas o nome de Jules Ferry, ministro de Thiers

durante o esmagamento da Comuna e teórico da colonização, deveria ser suficiente para tornar esta instituição suspeita aos nossos olhos.

Quanto a nós, quando vemos professores pertencentes a um qualquer «comité de vigilância de bairro» choramingar no telejornal que queimaram a *sua* escola, lembramo-nos da quantidade de vezes que, em miúdos, sonhámos fazer isso mesmo. Quando ouvimos um intelectual de esquerda arrotar sobre a barbárie dos bandos de jovens que interpelam as pessoas na rua, roubam nas lojas, incendeiam carros e fazem o jogo do gato e do rato com os CRS[9], recordamo-nos do que se dizia dos *blousons noirs*[10] dos anos 60 ou, melhor ainda, do que se dizia dos apaches durante a «Belle Époque». Como escreveu um juiz do tribunal de Seine em 1907: «De há alguns anos para cá, tornou-se moda usar o termo genérico *apaches* para designar todos os indivíduos perigosos, corja de reincidentes, inimigos da sociedade, sem pátria nem família, desertores de todos os deveres, dispostos aos mais ousados golpes de surpresa

9 - Compagnies Républicaines de Sécurité: Equivalente francês ao Corpo de Intervenção. (NT)

10 - Subcultura Francesa dos anos 60 identificada com os rockers americanos e com a deliquência juvenil. (NT)

e a todo e qualquer atentado contra as pessoas ou a propriedade». Estes bandos, que fogem ao trabalho, adoptam os nomes dos seus bairros e enfrentam a polícia, são o pesadelo do bom cidadão individualizado à francesa: encarnam tudo aquilo a que ele renunciou, toda a alegria possível, a que ele nunca acederá. Há uma certa impertinência em *existir*, num país onde uma criança que seja apanhada a cantar como lhe apetece é inevitavelmente repreendida com um «pára com isso, que me arranhas os ouvidos!», onde a castração escolar debita em fluxo contínuo gerações de empregados bem disciplinados. A aura que ainda hoje rodeia Mesrine[11] tem menos a ver com a sua rectidão ou audácia do que com o facto ele ter decidido vingar-se daquilo de que todos nós nos devíamos vingar. Ou melhor, de que nos devíamos vingar *directamente*, lá onde continuamos a desviarmo-nos ou a adiar. Porque não restam dúvidas de que, através de mil e uma mesquinhices imperceptíveis, de todo o tipo de maledicências, de uma maldadezinha gélida e de

11 - Jacques René Mesrine: Inimigo público nº1 do Estado francês nas décadas de 60 e 70, apelidado de «homem dos mil rostos» e «Robin Hood francês». Veterano condecorado na Guerra da Argélia, tornou-se notório por um conjunto de roubos e assaltos, a par de uma espectacular evasão prisional realizada em 1972. (NT)

uma delicadeza venenosa, o francês não pára de se vingar, permanentemente e contra todos, da derrota a que se resignou. Já era altura de o *que se foda a polícia!* substituir o *sim, senhor guarda!*. Deste ponto de vista, a hostilidade absoluta de certos bandos não faz mais do que exprimir, de uma maneira um pouco menos velada que outras, o mau ambiente, o mal-estar generalizado, a vontade de destruição salvadora em que este país se consome.

Chamar «sociedade» à massa de estrangeiros entre os quais vivemos é uma usurpação tal que até os sociólogos consideram renunciar a um conceito que foi, durante um século, o seu ganha-pão. Actualmente, preferem a metáfora da *rede* para descrever o modo como se relacionam as solidões cibernéticas, o modo como se ligam as interacções frágeis que são conhecidas pelos termos «colega», «contacto», «amigo», «relação» ou «aventura». Mesmo assim, estas redes condensam-se num *milieux*, onde a única coisa que se partilha são códigos, e onde só está em jogo a incessante recomposição de uma identidade.

Seria uma perda de tempo detalhar tudo o que há de agonizante nas relações sociais existentes. Diz-se que se verifica um regresso da família, um regresso do casal. Mas a família que volta não é a mesma que se tinha ido embora. O seu regresso é apenas um aprofundamento da separação reinante, sendo a família usada para a dissimular, tornando-se assim ela própria dissimulação. Qualquer um pode testemunhar as doses de tristeza que as festas de família acumulam, ano após ano, os sorrisos forçados, o embaraço de ver toda a gente num fingimento inútil, a sensação de que há um cadáver em cima da mesa, e que toda gente se comporta como se nada fosse. Do flirt ao divórcio, da concubinagem à reconcialiação, cada um sente a inanidade do triste núcleo familiar; contudo, a maioria parece pensar que seria ainda mais triste renunciar a esse núcleo. A família já não é tanto a asfixia da dominação materna ou o patriarcado da chapada na cara, mas sim um abandono infantil a uma dependência mole, onde já se conhece tudo, e que corresponde a um momento de despreocupação perante um mundo cujo desabar é inegável, e onde «tornar-se autónomo» é um eufemismo para «ter arranjado

patrão». Há quem queira encontrar na familiaridade biológica a desculpa para corroer em nós qualquer determinação que seja minimamente fracturante, para nos fazer renunciar — sob o pretexto de que nos viram crescer — a qualquer amadurecimento, tal como à seriedade que existe na infância. Temos de nos defender dessa corrosão.

O casal é como que o último escalão do grande colapso social. É o oásis no meio do deserto humano. Sob os auspícios do «íntimo», procura-se aí tudo o que incontestavelmente abandonou as relações sociais contemporâneas: o calor, a simplicidade, a verdade, uma vida sem teatro nem espectador. Mas assim que passa a euforia amorosa, a «intimidade» mostra os pés de barro: ela própria é uma invenção social, fala a linguagem das revistas femininas e da psicologia; como tudo o resto, encontra-se blindada de estratégias até à náusea. Não há mais verdade na intimidade do que noutro lado qualquer, também aí dominam a mentira e as leis da estranheza. E quando, por sorte, se encontra essa verdade, ela faz apelo a uma partilha que desmente a própria forma do casal. Aquilo que faz as pessoas amarem-se é também o que as torna passíveis de serem amadas, e arruína a utopia do autismo a dois.

Na realidade, a decomposição de todas as formas sociais constitui uma oportunidade inesperada. Para nós, é a condição ideal de uma experimentação em massa, selvagem, de novos agenciamentos, de novas fidelidades. A famosa «demissão dos pais» impôs-nos uma confrontação com o mundo que nos forçou a uma lucidez precoce, augurando belas revoltas. Na morte do casal, vemos o nascimento de inquietantes formas de afectividade colectiva, agora que o sexo foi usado até aos limites, que a virilidade e a feminilidade trazem roupas velhas e comidas pela traça, que três décadas de contínuas inovações pornográficas esgotaram todo o atractivo da transgressão e da libertação. Com aquilo que existe de incondicional nos laços de parentesco, contamos fazer o sustentáculo de uma solidariedade política tão impenetrável à ingerência estatal como um acampamento de ciganos. Até os intermináveis subsídios que muitos pais dão à sua prole proletarizada podem tornar-se uma forma de mecenato a favor da subversão social. «Tornar-se autónomo» poderia igualmente querer dizer: aprender a lutar nas ruas, a ocupar casas devolutas, a não trabalhar, a amar loucamente e a roubar nas lojas.

TERCEIRO CÍRCULO
"A vida, a saúde, o amor são precários, porque é que o trabalho escaparia a esta lei?"

Não há questão mais enredada, em França, que a do trabalho. Não há relação mais torcida que a dos franceses com o trabalho. Ide à Andaluzia, à Argélia, a Nápoles. Aí despreza-se, na realidade, o trabalho. Ide à Alemanha, aos Estados Unidos, ao Japão. Aí venera-se o trabalho. As coisas mudam, é verdade. Há bastantes *otaku* no Japão, *frohe Arbeitslose* na Alemanha e *workaholics* na Andaluzia. Mas por agora são apenas curiosidades. Em França faz-se o possível e o impossível para subir na hierarquia, mas gaba-se em privado por se estar nas tintas. Fica-se até às dez horas da noite no trabalho quando se está a transbordar, mas nunca se tem dúvidas em roubar aqui e ali material de escritório, ou em selecionar nos *stocks* da fábrica peças separadas para revenda. Detesta-se os patrões, mas quer-se a todo o custo estar empregado. Ter um trabalho é uma honra, e trabalhar uma marca de servilidade. Resumindo: o perfeito quadro clínico da histeria. Ama-se detestando, detesta-se amando. E cada um sabe

o espanto e o desespero que aflige o histérico quando perde a sua vítima, o seu amo. A maior parte das vezes não se recompõe.

Neste país essencialmente *político* que é a França, o poder industrial sempre esteve submetido ao poder estatal. A actividade económica nunca deixou de estar suspeitosamente enquadrada por uma administração minuciosa. Os grandes patrões que não são oriundos da nobreza de Estado, tipo Polytechnique-ENA[12], são os párias do mundo dos negócios onde se comenta, nos bastidores, que fazem alguma pena. Bernard Tapie é o seu herói trágico: adulado um dia, preso no dia seguinte, *mas sempre um intocável*. Nada tem de surpreendente que ele se mantenha ainda em cena. Contemplando-o como se contempla um monstro, o público francês deixa-o a uma distância confortável e, através do espectáculo de uma tão fascinante infâmia, preserva-se do seu contacto. Apesar do grande *bluff* dos anos 80, *o culto da empresa nunca pegou em França*. Quem quer que escreva um livro para a vilipendiar garante um *best-seller*. Os gestores, os seus hábitos e a

12 - École Polytechnique e École Nationale d'Administration: Instituições do ensino superior público francês conhecidas pelo seu elitismo, exigência e competição, onde são formados os altos quadros da administração pública e empresarial. (NT)

sua literatura dão publicamente nas vistas, mas mantém-se em torno deles um cordão sanitário de escárnio, um oceano de desprezo, um mar de sarcasmos. O empresário não faz parte da família. Tudo considerado, na hierarquia do detestável, ainda preferimos os polícias. Ser funcionário público continua, contra ventos e marés, contra *golden boys* e privatizações, a ser entendido como a definição de um *bom* emprego. Pode-se invejar a riqueza daqueles que não o são mas não se inveja o seu posto.

É sobre o fundo desta neurose que os sucessivos governos ainda podem declarar a guerra ao desemprego, e pretender travar a "batalha do emprego" enquanto antigos quadros acampam com os seus portáteis nas tendas dos Médicos do Mundo nas margens do Sena. Quando as eliminações maciças de inscritos na ANPE[13], apesar de todos os seus truques estatísticos, chegam para fazer descer o número de desempregados abaixo dos dois milhões. Quando o rendimento social de inserção e os *dealanços* são as únicas garantias, de acordo com a própria polícia, contra uma explosão social possível a

13 - Agence Nationale pour l'Emploi: Equivalente francês do Instituto Português do Emprego e Formação Profissional. (NT)

qualquer momento. É tanto a economia psíquica dos franceses como a estabilidade política do país que estão em jogo na manutenção da ficção trabalhista.

Que nos seja permitido estarmo-nos bem a cagar para isso.

Pertencemos a uma geração que *vive muito bem* sem esta ficção. Que nunca se importou com a reforma nem com o direito do trabalho e menos ainda com o direito ao trabalho. Que nem chega a ser «precária» como se contentam em teorizá-lo as facções mais avançadas da militância esquerdista, porque ser precário é ainda definir-se em relação à esfera do trabalho, neste caso, *à sua decomposição.* Admitimos a necessidade de arranjar dinheiro, quaisquer que sejam os meios, porque é presentemente impossível dispensá-lo, mas não a necessidade de trabalhar. Aliás, nós já não trabalhamos: *fazemos umas merdas.* A empresa não é um lugar onde existimos, é um lugar que atravessamos. Não somos cínicos, apenas reticentes em ser abusados. Os discursos sobre a motivação, a qualidade, o investimento pessoal, passam-nos ao lado, para grande perturbação de todos os gestores de recursos humanos. Dizem que estamos desiludidos com a empresa, que esta

não honrou a lealdade dos nossos pais, que os despediu de forma demasido expedita. Mentem. Para estar desiludido, é preciso ter tido esperança a dada altura. E nós nunca dela esperámos nada: vêmo-la pelo que ela é e nunca deixou de ser, um joguinho para imbecis de conforto variável. Lamentamos no entanto que os nossos pais tenham caído nesse embuste, e que pelo menos alguns tenham acreditado nisso.

A confusão de sentimentos que envolve a questão do trabalho pode ser assim explicada: a noção de trabalho sempre englobou duas dimensões contraditórias - uma dimensão de *exploração* e uma dimensão de *participação*. Exploração da força de trabalho individual e colectiva pela apropriação privada ou social da mais-valia; participação numa obra comum pelos laços que se tecem entre aqueles que cooperam no seio do universo de produção. Estas duas dimensões são viciosamente confundidas na noção de trabalho, o que explica a indiferença dos trabalhadores, no fim de contas, face à retórica marxista, que nega a dimensão de participação, como à retórica da gestão, que nega a dimensão de exploração. Donde, também, a ambivalência da relação

com o trabalho, à vez amaldiçoado, porquanto nos torna estranhos ao que fazemos, e adorado, porquanto é uma parte de nós próprios que aí se joga. O desastre, aqui, é prévio: reside em tudo o que foi necessário destruir, em todos os que foi necessário desenraizar para que o trabalho acabasse por surgir como *a única forma de existir*. O horrível do trabalho está menos no trabalho em si que na metódica destruição, desde há séculos, de tudo o que não se resume a ele: familiaridades de bairro, de profissão, de aldeia, de luta, de parentesco, ligações a lugares, a seres, às estações do ano, a formas de fazer e de falar.

Aí reside o paradoxo actual: o trabalho triunfou completamente sobre todas as outras formas de existir, ao mesmo tempo que os trabalhadores se tornaram supérfluos. Os ganhos de produtividade, a deslocalização, a mecanização, a automatização e a numerização da produção progrediram tanto, que reduziram a quase nada a quantidade de trabalho vivo necessário à confecção de cada mercadoria. Nós vivemos o paradoxo de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho onde a distracção, o consumo, o lazer não fazem senão acusar mais a falta daquilo de que nos deviam distrair. A mina de Carmaux,

que durante um século se tornou célebre pelas suas greves violentas, foi reconvertida em Cap Découverte, um «pólo multilazer» onde se anda de skate e de bicicleta e que se destaca por um «museu da Mina» no qual são simuladas fugas de grisu[14] para os veraneantes.

Nas empresas, o trabalho divide-se de forma cada vez mais visível em empregos altamente qualificados de pesquisa, concepção, controlo, coordenação e comunicação, ligados à execução de todos os saberes necessários ao novo processo de produção cibernetizado; e em empregos desqualificados de manutenção e vigilância desses processos. Os primeiros são em pequeno número, muito bem pagos e portanto tão cobiçados que a minoria que os monopoliza não se lembraria de deixar escapar uma só migalha. O seu trabalho e eles próprios formam, na realidade, uma só apertada angústia. Gestores, cientistas, lobbyistas, investigadores, programadores, consultores, engenheiros não páram nunca, literalmente, de trabalhar. Mesmo os engates aumentam a sua produtividade. «As

---

14 - grisu: Combinação entre Gás natural (metano) e oxigénio, altamente explosiva e responsável por numerosos acidentes em minas de carvão. (NT)

empresas mais criativas são também aquelas onde as relações íntimas são mais numerosas», teoriza um filósofo para a Direcção de Recursos Humanos. «Os colaboradores da empresa, confirma a Daimler-Benz, fazem parte do capital da empresa. (...) A sua motivação, o seu *savoir-faire*, a sua capacidade de inovação e o seu conhecimento e preocupação com os desejos da clientela constituem a matéria-prima dos serviços inovadores. (...) O seu comportamento, a sua competência social e emocional têm um peso crescente na avaliação do seu trabalho (...). Este não será mais avaliado em número de horas de presença mas sobre a base dos objectivos atendidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores.»

O conjunto das tarefas que não puderam ser delegadas na automação/automatização forma uma nebulosa de lugares que, por não serem ocupáveis pelas máquinas, são ocupados por qualquer humano – pessoal da manutenção, lojistas, trabalhadores da linha de montagem, trabalhadores temporários, etc. Esta mão-de-obra flexível, indiferenciável, que passa de uma tarefa a outra e nunca fica muito tempo numa empresa, já não pode agregar-se numa força, não

se encontrando nunca no centro do processo de produção mas sim pulverizada numa multitude de interstícios, ocupada em tapar os buracos do que não foi mecanizado. O trabalhador temporário é a figura deste operário que já não o é, que já não tem um ofício mas antes competências que vende no curso das suas missões, e cuja disponibilidade é também um trabalho.

À margem deste núcleo de trabalhadores efectivos, necessários ao bom funcionamento da máquina, desenvolve-se doravante uma maioria tornada supranumerária, que é evidentemente útil ao escoamento da produção, mas não mais do que isso, e que faz pesar sobre a máquina o risco, na sua ociosidade, de se pôr a sabotá-la. A ameaça de uma desmobilização geral é o espectro que assombra o actual sistema de produção. À questão «Para quê trabalhar, então?», ninguém responde melhor do que esta antiga beneficiária do rendimento social de inserção ao jornal *Libération*: «Pelo meu bem-estar. Tinha que estar ocupada.» *Há o sério risco de acabarmos por encontrar um emprego para a nossa ociosidade.* Esta população flutuante deve ser ocupada, ou mantida. Ora, até hoje, ainda não se encontrou melhor método disciplinar do que

o trabalho assalariado. Será, portanto, necessário prosseguir o demantelamento das «conquistas sociais» para voltar a trazer ao ambiente salarial os mais recalcitrantes, aqueles que apenas se entregam face à alternativa entre morrer de fome e apodrecer na prisão. A explosão do sector esclavagista dos «serviços pessoais» tem que continuar: mulheres-a-dias, restauração, massagens, assistência ao domicílio, prostituição, assistência, aulas particulares, actividades lúdicas terapêuticas, ajuda psicológica, etc. Tudo isto acompanhado de uma elevação contínua das normas de segurança, de higiene, de comportamento e de cultura, de uma aceleração na fugacidade das modas, que asseguram por si só a necessidade de tais serviços. Em Rouen, os antigos parquímetros deram lugar ao «parquímetro humano»: alguém que se aborrece na rua entrega-vos uma senha de estacionamento e aluga-vos, se for caso disso, um chapéu-de-chuva para o mau tempo.

A ordem do trabalho foi a ordem de um mundo. A evidência da sua ruína arrepia só pela ideia de tudo o que daí decorre. Trabalhar, hoje, prende-se menos com a necessidade económica de

produzir mercadorias do que com a necessidade *política* de produzir produtores e consumidores, de salvar por todos os meios a ordem do trabalho. Produzir-se *a si próprio* está em condições de se tornar a ocupação dominante de uma sociedade onde a produção perdeu o seu objecto: como um marceneiro que tivesse sido desapossado da sua oficina e que se pusesse, em desespero de causa, a aplainar-se a si próprio. Daí o espectáculo de todos esses jovens que se treinam a sorrir para a sua entrevista de emprego, que vão branquear os dentes por uma promoção, que vão sair para estimular o espírito de equipa, que aprendem inglês para dar um empurrão à sua carreira, que se divorciam ou se casam para se destacarem, que fazem cursos de teatro para se tornarem *líderes* ou de «desenvolvimento pessoal» para uma melhor «gestão dos conflitos» – «O "desenvolvimento pessoal" mais íntimo, defendem todos os gurus, levará a uma maior estabilidade emocional, a uma abertura relacional mais fácil, a uma acuidade intelectual mais bem dirigida e portanto a uma melhor *performance* económica.» O bulício de todo este pequeno mundo que espera impacientemente ser seleccionado, treinando-se a ser natural, resulta de uma tentativa de

salvamento da ordem do trabalho por uma retórica da *mobilização*. Ser mobilizado é entregar-se ao trabalho não como actividade mas como *possibilidade*. Se o desempregado que tira os *piercings*, vai ao cabeleireiro e faz «projectos» trabalha de facto para a «sua empregabilidade», como se diz, é porque ele testemunha através disso a sua mobilização. A mobilização é este ligeiro descolamento de si, este mínimo arrancamento ao que nos constitui, esta condição de estranheza a partir da qual o Eu pode ser tomado como objecto de trabalho, a partir do qual se torna possível *vendermo-nos* a nós próprios e não à nossa força de trabalho, ser remunerado não pelo que fazemos mas pelo que somos, pelo nosso excelente domínio dos códigos sociais, pelos nossos talentos relacionais, pelo nosso sorriso ou pela nossa forma de nos apresentarmos. É a nova norma de socialização. A mobilização opera a fusão dos dois pólos contraditórios do trabalho: através dela, participamos na nossa exploração e exploramos qualquer participação. Idealmente, somos em relação a nós próprios como uma pequena empresa, o seu próprio patrão e o seu próprio produto. Trata-se, trabalhemos ou não, de acumular os contactos, as competências, a «rede»,

resumindo: o «capital humano». A injunção planetária a mobilizar-se ao menor pretexto – o cancro, o «terrorismo», um terramoto, os sem-abrigo – resume a determinação das potências reinantes em manter o reino do trabalho para lá do seu desaparecimento físico. O actual aparelho de produção é então, por um lado, esta gigantesca máquina de mobilização psíquica e física, de sugar a energia dos seres humanos tornados excedentários e, por outro, esta máquina de triagem que concede a sobrevivência às subjectividades conformes e deixa sucumbir todos os «indivíduos em risco», todos os que encarnam um outro emprego da vida e, dessa forma, lhe resistem. De um lado fazem viver os espectros, de outro deixam morrer os vivos. Tal é a função propriamente política do actual aparelho de produção.

Organizar-se para lá do e contra o trabalho, desertar colectivamente do regime da mobilização, manifestar a existência de uma vitalidade e de uma disciplina *na própria desmobilização* é um crime que uma civilização com a corda na gargante não está nem perto de nos perdoar; é, na realidade, a única forma de lhe sobreviver.

QUARTO CÍRCULO
"Mais simples, mais divertido, mais móvel, mais seguro!"

Que não nos falem mais da «cidade» e do «campo», e menos ainda da sua antiga oposição. O que se estende à nossa volta não se parece, nem de perto nem de longe, com nada disso: é uma única mancha urbana, sem forma e sem ordem; uma zona desolada, indefinida e ilimitada; um *continuum* mundial de hipercentros museificados e de parques naturais; de grandes conjuntos e de imensas explorações agrícolas; de zonas industriais e de loteamentos; de casas de turismo rural e de bares na moda. É a metrópole. É certo que houve a cidade da Antiguidade, a cidade medieval ou a cidade moderna; mas não há a cidade metropolitana. A metrópole exige a síntese de todo o território. Tudo aí coabita, não tanto geograficamente como pelo entrosar das suas redes.

É justamente porque ela acaba de desaparecer que a cidade é agora fetichisada como História. As fábricas de Lille tornam-se salas de espectáculos, o centro betonado de Havre é património da UNESCO. Em Pequim, os *hutongs*

que rodeiam a Cidade Proibida são destruídos e reconstroem-se uns falsos, um pouco mais longe, para usufruto dos curiosos. Em Troyes são coladas fachadas de tabique sobre os prédios em cimento, uma arte de *pastiche* que faz lembrar as lojas de estilo vitoriano da *Disneyland* de Paris. Os centros históricos, durante muito tempo focos de sedição, encontram sabiamente o seu lugar no organigrama da metrópole. São entregues ao turismo e ao consumo ostentatório. São os oásis do deslumbramento mercantil, mantidos pelo seu aspecto de feira e pela estética, mas também pela força. A pieguice asfixiante dos mercados de Natal paga-se com cada vez mais seguranças privados e mais patrulhas de polícias municipais. O controlo integra-se perfeitamente na paisagem da mercadoria, mostrando, a quem a queira ver, a sua face autoritária. A época é de cruzamento, cruzamento de musiquinhas, de bastões telescópicos e de algodão doce. Quanta vigilância policial pressupõe o encantamento!

Este gosto pelo autêntico-entre-aspas, e pelo controlo que lhe está associado, acompanha a pequena burguesia na sua colonização dos bairros populares. Empurrada para fora dos hipercentros, procura neles uma «vida de

bairro» que nunca encontrará no meio das casas *Phénix*. E ao expulsar os pobres, os carros e os imigrantes, tornando-os zonas *limpas*, extirpando os micróbios, pulveriza aquilo mesmo que tinha ido procurar. Num cartaz camarário, um trabalhador da limpeza estende a mão a um polícia; um slogan: «Montauban, cidade limpa». A decência que obriga os urbanistas a não falarem mais da «cidade», que destruíram, mas antes do «urbano», devia também incitá-los a não falarem mais do «campo», que já não existe. O que há, no seu local e lugar, é uma paisagem exibida às multidões *stressadas* e desenraizadas, um passado que se pode bem encenar, agora que os camponeses foram reduzidos a tão pouco. É um *marketing* que se estende sobre um «território» onde tudo deve ser valorizado ou transformado em património. É sempre o mesmo vazio gelado que atinge até os campanários mais afastados.

A metrópole é esta morte simultânea da cidade e do campo, no cruzamento onde convergem todas as classes médias, neste meio da classe do meio, que, de êxodo rural em «peri-urbanização» se alonga indefinidamente. À vitrificação do território mundial corresponde o cinismo da arquitectura contemporânea.

Um liceu, um hospital, uma mediateca são outras tantas variantes de um mesmo tema: transparência, neutralidade, uniformidade. Edifícios, maciços e fluidos, concebidos sem qualquer necessidade de saber o que albergarão, e que *poderiam estar aqui*, como em qualquer outro lado. Que fazer das torres de escritórios de La Défense, da Part Dieu, ou de Euralille? A expressão «*pronto a estrear*» captura em si todo o seu destino. Um viajante escocês, depois de os insurrectos terem queimado o *Hôtel de Ville* de Paris em Maio de 1871, confirmou o singular esplendor do poder em chamas: «(...) Nunca tinha imaginado nada de mais belo; é soberbo. Os homens da Comuna são uns patifes, não o posso negar, mas que artistas são! E eles não tiveram consciência da sua obra! (...) Vi as ruínas de Amalfi banhadas pelas ondas azuis do Mediterrâneo, as ruínas dos templos de Tung-hoor no Punjab; vi Roma e muitas outras coisas: nada pode ser comparado ao que tive esta noite à frente dos olhos».

Subsistem, presos nas redes metropolitanas, alguns fragmentos de cidade e alguns resíduos de campo. Mas tudo aquilo que vive veio alojar-se nas zonas de abandono. Dita o paradoxo que

os locais aparentemente mais inabitáveis sejam os únicos de alguma maneira ainda habitados. Um velho casebre ocupado terá sempre um ar mais povoado do que esses apartamentos topo de gama onde apenas se pode pousar os móveis e aperfeiçoar a decoração enquanto se aguarda a próxima mudança. Os bairros de barracas são em muitas megacidades os últimos lugares vivos, habitáveis e, sem surpresa, também os mais mortais. Eles são o inverso do cenário electrónico da metrópole mundial. As cidades-dormitório da periferia Norte de Paris, abandonadas por uma pequena burguesia que partiu à caça de vivendas, foram devolvidas à vida pelo desemprego em massa e brilham agora mais intensamente que o *Quartier Latin*. Tanto pelo verbo como pelo fogo.

O incêndio de Novembro de 2005 não resultou da extrema despossessão, como foi tantas vezes repetido, mas antes pelo contrário da plena posse de um território. Podemos queimar carros porque nos aborrecemos, mas para propagar o motim ao longo de um mês e colocar permanentemente a polícia em cheque, é preciso saber organizar-se, é preciso dispor de cumplicidades, conhecer o terreno na perfeição, partilhar uma linguagem e um inimigo comum.

Os quilómetros e as semanas não impediram a propagação do fogo. Às primeiras chamas responderam outras, lá onde eram menos esperadas. O rumor não pode ser posto sob escuta.

A metrópole é o terreno de um incessante conflito de baixa intensidade, do qual a tomada de Bassorá, de Mogadíscio ou de Nablus são os pontos culminantes. Para os militares, a cidade foi durante muito tempo um local a evitar, ou quanto muito a sitiar; a metrópole, por seu lado, é perfeitamente compatível com a guerra. O conflito armado não é senão um momento da sua constante reconfiguração. As batalhas travadas pelas grandes potências assemelham-se a um trabalho policial constantemente em curso, nos buracos negros da metrópole – «seja no Burkina Faso, no Sul do Bronx, em Kamagasaki, em Chiapas ou em Courneuve». As «intervenções» não se dirigem tanto à vitória, nem mesmo ao reestabelecimento da ordem e da paz, quanto à busca de um empreendimento securitário permanentemente em curso. A guerra já não é isolável no tempo, mas divide-se numa série de micro-operações, militares e policiais, para garantir a segurança.

A polícia e o exército adaptam-se em paralelo e passo a passo. Um criminólogo pede aos CRS que se organizem em pequenas unidades móveis e profissionalizadas. A instituição militar, berço dos métodos disciplinares, põe em causa a sua própria organização hierárquica. Um oficial da NATO aplica, no seu batalhão de granadeiros, um «método participativo que implica cada um na análise, preparação, execução e avaliação de uma acção. O plano é discutido e rediscutido durante dias, no decurso dos exercícios e segundo as últimas informações recebidas. (...) Nada como um plano elaborado em comum para aumentar tanto a adesão como a motivação».

As forças armadas não se adaptam só à metrópole, dão-lhe forma. Foi assim que os soldados israelitas, depois da batalha de Nablus, se tornaram arquitectos de interiores. Constrangidos pela guerrilha palestiniana a abandonarem as ruas, demasiado perigosas, aprenderam a avançar vertical e horizontalmente no meio das construções urbanas, arrasando paredes e tectos para aí se moverem.

Um oficial das forças de defesa israelitas, licenciado em filosofia, explica: «O inimigo interpreta o espaço de uma maneira clássica, tradicional e eu recuso-me a seguir a sua interpretação e a cair nas suas armadilhas. (...) Eu quero surpreendê-lo! Eis a essência da guerra. Eu tenho que ganhar. Ora bem: escolhi a metodologia que me faz atravessar as paredes... Como um verme que avança comendo o que encontra pelo caminho.» O urbano é mais do que um teatro do afrontamento, ele é o seu meio. Isto sem esquecer os conselhos de Blanqui, desta vez para o partido da insurreição, que recomendava aos futuros insurrectos de Paris que investissem sobre as casas das ruas barricadas para protegerem as suas posições, que furassem as paredes para comunicarem entre si, que derrubassem as escadas dos rés-do-chão e que esburacassem os tectos para se defenderem de eventuais assaltantes, que arrancassem as portas para barricarem as janelas e que fizessem de cada andar uma carreira de tiro.

A metrópole não é mais do que esta amálgama urbanizada, esta colisão final entre a cidade e o campo, e simultaneamente um fluxo de seres e de

coisas. Uma *corrente* que passa por toda uma rede de fibras ópticas, de linhas de TGV, de satélites, de câmaras de vídeo-vigilância, para que este mundo nunca pare de dar cabo de si próprio. Uma corrente que desejaria tudo agrupar na sua mobilidade sem esperança, que *mobiliza* cada um. Onde estamos sitiados por informações, como por outras tantas forças hostis. Onde não resta senão correr. Onde se torna difícil esperar, mesmo que se trate de uma enésima carruagem de metro.

A multiplicação dos meios de locomoção e de comunicação arranca-nos continuamente ao aqui e ao agora, pela tentação de estar sempre em qualquer outro lado. Apanhar um TGV, um RER, um telefone, para chegar *já lá*. Esta mobilidade não implica senão separação, isolamento, exílio. Ela seria insuportável para qualquer um se não se tratasse sempre da mobilidade do *espaço privado*, do interior portátil. A bolha privada não explode, põe-se a flutuar. Não se trata do fim do pequeno casulo doméstico, apenas da sua colocação em movimento. De uma estação de comboios, de um centro comercial, de um banco de negócios, de um hotel a outro, em todo o lado esta mesma estranheza, tão banal, tão conhecida que assume

a forma da derradeira intimidade.
O lado luxuriante da metrópole é esta mistura aleatória de ambientes definidos, susceptíveis de se recombinarem indefinidamente. Os centros destas cidades apresentam-se não como lugares idênticos mas sim como ofertas originais de ambientes, por entre os quais giramos, escolhendo um, deixando outro, ao sabor de uma espécie de *shopping* existencial entre os estilos dos bares, das pessoas, dos *designs*, ou por entre as *playlists* de um Ipod. «Com o meu leitor de mp3, eu sou senhor do meu mundo.» Para sobreviver à uniformidade que nos cerca, a única opção é reconstituir sem parar o nosso próprio mundo interior, como uma criança que reconstruiria por todo o lado a mesma cabana. Como Robinson, reproduzindo o seu universo de merceeiro na ilha deserta, com a diferença de que a nossa ilha deserta é a própria civilização e de que somos milhões a desembarcar incessantemente.

Precisamente por ser esta arquitectura de fluxos, a metrópole é uma das formações humanas mais vulneráveis que já existiram. Flexível, subtil, mas vulnerável. Um encerramento brutal das fronteiras por causa de uma epidemia furiosa, qualquer insuficiência de um abastecimento

vital, um bloqueio organizado dos eixos de comunicação, e todo este cenário se afunda, sem conseguir mais disfarçar as cenas de carnificina que permanentemente o assediam. Este mundo não correria tão depressa se não fosse constantemente perseguido pela proximidade do seu colapso.

A sua estrutura em rede, toda a sua infra-estrutura tecnológica de nós e conexões, a sua arquitectura descentralizada, teriam a pretensão de colocar a metrópole ao abrigo das suas inevitáveis disfuncionalidades. A Internet tem de resistir a um ataque nuclear. O controlo permanente dos fluxos de informações, de homens e de mercadorias deve assegurar a mobilidade metropolitana, o rastreio, assegurar que nunca falte uma palette num stock de mercadorias, que nunca encontremos uma nota roubada numa loja ou um terrorista num avião. Através de um chip RFID[15], um passaporte biométrico, um ficheiro de ADN.

Mas a metrópole produz também os meios para a sua própria destruição. Um

---

15 - RFID [Radio-Frequency Identification]: Identificação por Rádio Frequência. Trata-se de um método de identificação automática através de sinais de rádios. (NT)

especialista norte-americano em segurança explica a derrota no Iraque pela capacidade da guerrilha em tirar proveito dos novos meios de comunicação. Pela invasão, os Estados Unidos não introduziram tanto a democracia como as redes cibernéticas. Transportaram consigo uma das armas da sua própria derrota. A multiplicação dos telemóveis e dos pontos de acesso à Internet forneceu à guerrilha meios inéditos para se organizar e se tornar ela própria tão dificilmente atacável.

A cada rede os seus pontos fracos, a evidência dos nós que é necessário desfazer para que a circulação pare, para que a rede imploda. O último grande apagão eléctrico europeu mostrou-o: bastou um incidente numa linha de alta tensão para mergulhar uma boa parte do continente no escuro. O primeiro gesto para que algo possa surgir no seio da metrópole, para que se abram outros possíveis, é parar o seu *perpetuum mobile*. Foi o que perceberam os rebeldes tailandeses que rebentaram com os postes eléctricos.Foi o que perceberam os anti-CPE[16], que bloquearam as universidades para depois tentarem bloquear

16 - CPE [Contrat Première Embauche]: Contrato de primeiro emprego.

a economia. Foi também o que compreenderam os estivadores norte-americanos, em greve, em Outubro de 2002, pela manutenção de trezentos postos de trabalho, que bloquearam durante dez dias os principais portos da costa Oeste. A economia norte-americana é tão dependente dos fluxos sensíveis provenientes da Ásia que o custo do bloqueio subiu a mil milhões de euros por dia. Dez mil puderam fazer vacilar a maior potência económica mundial. Segundo certos «especialistas», se o movimento se tivesse prolongado mais um mês teríamos assistido a «um regresso à recessão nos Estados Unidos e a um pesadelo económico para o Sudeste da Ásia».

QUINTO CÍRCULO
"menos bens, mais ligações"

Trinta anos de desemprego em massa, de «crise», de crescimento enganoso, e ainda nos querem fazer acreditar na economia. Trinta anos pontuados, é verdade, por alguns intervalos de ilusão: o intervalo de 1981-1983, ilusão de que um governo de esquerda poderia fazer a alegria do povo; o intervalo dos anos do lucro (1986-89) onde nos tornaríamos todos ricos, homens de negócios e especuladores financeiros; o intervalo Internet (1998-2001), onde todos encontraríamos um emprego virtual por estarmos sempre informados, onde a França multicolor, mas também multicultural e instruída, ganharia todas as taças do mundo. E enfim, esgotámos todas as nossas reservas de ilusão, tocámos o fundo, estamos a seco, senão mesmo a descoberto.

À força, apreendemos isto: se não é a economia que está em crise, é a economia que *é* a crise; se não se trata do trabalho que falta, trata-se do trabalho que *existe em demasia*; tudo bem pesado, não é a crise mas sim o crescimento que

nos deprime. É preciso confessá-lo: a ladainha das cotações da Bolsa toca-nos tanto como uma missa em latim. Felizmente para nós, somos já uns quantos a chegar a esta conclusão. Não falamos de todos os que vivem de esquemas variados, de tráficos de toda a espécie ou que estão há dez anos a viver do rendimento social de inserção. De todos os que já não conseguem identificar-se com o seu trabalho e se reservam para os seus lazeres. De todos os que estão postos na prateleira ou encostados de modo a fazer o mínimo e que constituem a maioria. De todos os que atingiram este *desapego em massa*, que vem ainda acentuar o exemplo dos desempregados e da sobre-exploração cínica de uma mão-de-obra flexibilizada. Não falamos, portanto, daqueles que, de uma maneira ou de outra, chegarão brevemente a uma conclusão.

Falamos de todos estes países, destes continentes inteiros que perderam a fé económica por terem visto passar com perdas e fracasso os Boeing do FMI, por terem sentido um pouco o toque do Banco Mundial. Não se trata, ali, dessa crise de vocações pela qual passa preguiçosamente a economia, no Ocidente. Aquilo de que se trata na Guiné, na Rússia, na Argentina, na Bolívia, é de

um descrédito violento e durável desta religião, e do seu clero. «O que é um milhar de economistas do FMI no fundo do mar? – Um bom começo» gozavam no Banco Mundial. Piada russa: «Encontro entre dois economistas. Um pergunta ao outro: "Tu compreendes o que se passa?" E o outro responde: "Espera, vou-te explicar." "Não, não", retoma o primeiro, "explicar não é difícil, eu também sou economista. Não, o que eu te pergunto é: tu compreendes?"». Mesmo o seu clero se vê forçado a entrar em dissidência e a criticar o dogma. A última corrente um pouco viva da pretensa «ciência económica» - corrente que se nomeia sem humor «economia não autista» - tornou-se doravante num trabalho de desmontagem de usurpações, truques de magia, índices falsificados de uma ciência cuja única função tangível é a de agitar o crucifixo em torno das vociferações dos dominantes, de enquadrar com um pouco de cerimónia os seus apelos à submissão e, enfim, como sempre fizeram as religiões, de *fornecer as explicações*. Porque o descontentamento geral deixa de ser suportável a partir do momento em que aparece tal como é: sem causa nem razão.

O dinheiro já não é respeitado em lado nenhum, nem pelos que o têm, nem por aqueles a quem faz falta. Vinte por cento dos jovens alemães, quando interrogados acerca do que querem fazer mais tarde, respondem «artista». O trabalho deixou de ser encarado como uma condição da humanidade. A contabilidade das empresas reconhece que já não sabe onde nasce o valor. A má reputação do mercado tê-lo-ia refutado há já uma década, não fora pela raiva e pelos vastos meios dos seus apologistas. O progresso tornou-se por todo o lado sinónimo de desastre. Tudo foge à esfera da economia como tudo fugia da URSS na época de Andropov. Quem se tiver debruçado um pouco sobre os últimos anos da URSS identificará sem dificuldades, em todos os apelos dos nossos dirigentes ao voluntarismo, em todas as alusões a um futuro do qual perdemos rasto, em todas as profissões de fé «na reforma» de tudo e mais alguma coisa, as primeiras fissuras na estrutura do muro. O desmoronamento do bloco socialista não terá consagrado o triunfo do capitalismo, mas apenas atestado a falibilidade de uma das suas formas. Além do mais, a condenação à morte da URSS não consistiu no feito de um

povo em revolta mas de uma nomenclatura em reconversão. Proclamando o fim do socialismo, uma fracção da classe dirigente libertou-se, antes de mais, de todos os deveres anacrónicos que a ligavam à população. Tomou o controlo *privado* daquilo que já controlava, ainda que o fizesse em nome de todos. «Já que aparentam pagar-nos, aparentemos trabalhar» dizia-se nas fábricas. «Pouco importa, abandonemos as aparências» respondeu a oligarquia. Para uns, as matérias-primas, as infra-estruturas industriais, o complexo militar-industrial, os bancos, as discotecas, para outros, a miséria ou a emigração. Da mesma forma que não acreditávamos na URSS à época de Andropov, não acreditamos hoje na França das salas de reunião, dos seminários, dos gabinetes. «Pouco importa!», respondem os patrões e governantes, que já nem tomam a posição de atenuar «as duras leis da economia», desactivando uma fábrica durante a noite para anunciar o seu encerramento ao pessoal pela manhã, nem hesitam em chamar o GIGN[17] para acabar com uma greve - tal como foi

17- Groupe d'Intervention de la Gendarmerie Nationale: Corpo de intervenção das forças policiais militarizadas. (NT)

feito na da SNCM[18] ou durante a ocupação, o ano passado, de um centro de selecção de resíduos em Rennes. Toda a actividade mortífera do poder consiste em gerar tal ruína de um lado enquanto dispõe no outro as bases de uma «nova economia».

Estamos, portanto, bem adaptados à economia. Há gerações que ela nos disciplina, nos pacifica, que faz de nós *sujeitos*, naturalmente produtivos, contentes por consumir. E eis que se revela tudo o que nos queriam fazer esquecer: que *a economia é uma política*. E que esta política é, hoje em dia, uma política de selecção no seio de uma humanidade que se tornou, na sua grande massa, supérflua. De Colbert a De Gaulle passando por Napoleão III, o Estado concebeu desde sempre a economia como política, não menos do que a burguesia, que dela retira o seu lucro, e do que os proletários, que a enfrentam. Não surpreende que apenas aquele estranho estrato intermédio da população, esse curioso agregado sem força *daqueles que não tomam partido*, a pequena burguesia, pareça ter acreditado na economia como uma

---

18 - Société Nationale Maritime Corse Méditerranée: Companhia de navegação que opera no Mediterrâneo.

realidade - porque a sua neutralidade estava ainda preservada. Pequenos comerciantes, pequenos patrões, pequenos funcionários, administradores, professores, jornalistas, intermediários de todos os tipos formam em França esta não-classe, esta gelatina social composta pela massa daqueles que gostariam simplesmente de passar a sua pequena vida privada à margem da História e dos seus tumultos. Este pântano é por predisposição o campeão da falsa consciência, pronto a tudo para continuar, na sua hibernação, de olhos fechados perante a guerra que se trava em seu redor. Cada frente de combate que se identifica é também acompanhada, em França, pela invenção de um novo capricho. Durante os últimos dez anos, foi a ATTAC e a sua inverosímil taxa Tobin - cuja instauração exigiria não menos que a criação de um governo mundial -, a sua apologia da «economia real» contra os mercados financeiros e a sua tocante nostalgia do Estado. A comédia durará aquilo que durará, e acabará como simples hipocrisia. Um capricho substituindo o anterior, e eis o *decrescimento*. Se a ATTAC com as suas aulas de educação popular tentou salvar a economia *enquanto ciência*, o decrescimento pretende salvá-la *enquanto moral*. Uma só alternativa

perante o apocalipse em marcha: decrescer. Consumir e produzir menos. Tornarmo-nos alegremente simples. Comer biológico, andar de bicicleta, parar de fumar e vigiar severamente os produtos que compramos. Contentarmo-nos com o estritamente necessário. Simplicidade voluntária. «Redescobrir a verdadeira riqueza no florescer de relações sociais amigáveis num mundo são.» «Nada tirar do nosso capital natural.» Ir de encontro a uma «economia sã». «Evitar a regulação pelo caos» «Evitar gerar uma crise social que ponha em causa a democracia e o humanismo». Em suma, *tornarmo-nos económicos*. Voltar à economia do tempo da avózinha, à idade de ouro da pequena burguesia: os anos 50. «Quando o indivíduo se torna um bom poupador, a sua propriedade preenche então perfeitamente a sua função, que é a de permitir desfrutar da sua vida própria ao abrigo da sua existência pública ou no círculo privado da sua vida».

Um designer com uma camisola artesanal bebe um cocktail de frutos, entre amigos, na esplanada de um café étnico. Somos eloquentes, cordiais, gracejamos moderadamente, não fazemos demasiado barulho nem demasiado silêncio,

olhamo-nos sorrindo, um pouco tolos: tão civilizados que nós somos. Mais tarde, alguns irão remexer a terra de um jardim de bairro enquanto os outros vão fazer cerâmica, zen ou um filme de animação. Comunicamos no virtuoso sentido de formar uma nova humanidade, mais sábia, mais refinada, a derradeira. E temos razão. A Apple e o decrescimento, curiosamente, entendem-se quanto à civilização do futuro. A ideia do regresso à economia de antigamente, avançada por uns, é a névoa oportuna por trás da qual avança a ideia do grande salto tecnológico, de outros. Porque na História os retrocessos não existem. A exortação ao retorno ao passado não exprime mais do que uma das formas da consciência do seu tempo, e raramente a menos moderna. Não é por acaso que o decrescimento é o estandarte dos publicitários dissidentes da revista *Casseurs de pub*. Os criadores do crescimento zero - o clube de Roma em 1972 - eram eles mesmos um grupo de industriais e de funcionários que se apoiavam num estudo de cibernéticos do MIT.

Esta convergência não é fortuita. Ela inscreve-se no caminho forçado para encontrar um relançamento da economia. O capitalismo desintegrou em seu benefício tudo o que

subsistia de ligações sociais, lançando-se agora a reconstruí-las desde a raiz *sobre as suas próprias bases*. A sociabilidade metropolitana actual é a sua incubadora. Da mesma forma, devastou os mundos naturais e lança-se agora na absurda ideia de os reconstituir como outros tantos meios controlados, dotados de sensores adequados. A esta nova humanidade corresponde uma nova economia, que já não pretende ser uma esfera separada da existência mas antes o seu tecido, que quer ser a matéria das relações humanas; uma nova definição do trabalho como trabalho para si mesmo, e do Capital enquanto capital humano; uma nova ideia da produção enquanto produção de *bens relacionais*, e do consumo como consumo de situações; e sobretudo uma nova ideia do valor que abarcará todas as qualidades dos seres. Esta «bioeconomia» em gestação concebe o planeta como um sistema fechado a gerir, pretendendo levantar as bases de uma ciência que integrará todos os parâmetros da vida. Semelhante ciência poderá fazer-nos um dia sentir saudades dos belos tempos dos índices enganadores, em que se pretendia medir a alegria do povo a partir do crescimento do PIB, mas nos quais ninguém acreditava.

«Revalorizar os aspectos não-económicos da vida» é simultaneamente uma palavra de ordem do decrescimento e o programa de reforma do Capital. Eco-aldeias, câmaras de videovigilância, espiritualidade, biotecnologias e convivialidade pertencem ao mesmo «paradigma civilizacional» em formação, o da economia total produzida a partir da base. A sua matriz intelectual não é mais do que a cibernética, a ciência dos sistemas, ou seja, *do seu controlo*. Para impor definitivamente a economia, a sua ética do trabalho e avareza, foi necessário no decurso do séc. XVII internar e eliminar toda a fauna de ociosos, de mendigos, feiticeiros, loucos, hedonistas e outros pobres vagabundos, toda uma humanidade que desmentia pela sua própria existência a ordem dos interesses e da temperança. A nova economia não se imporá sem uma similar selecção dos sujeitos e zonas aptas à mutação. O caos tão anunciado será a ocasião desta triagem, ou a nossa vitória sobre tão detestável projecto.

SEXTO CÍRCULO
"O ambiente é um desafio industrial"

A ecologia é a descoberta do ano. Nos últimos trinta anos deixámos isso para os Verdes, rimos alarvemente ao domingo para recuperar um ar sério na segunda-feira. E eis que ela agora nos agarra. Que invade as ondas como um êxito de Verão, porque estão vinte graus em Dezembro. Um quarto das espécies de peixe desapareceu dos oceanos. E o resto não durará muito mais.

Alerta de gripe aviária: promete-se abater em pleno voo as aves migratórias, às centenas de milhar.

A taxa de mercúrio no leite materno é dez vezes superior ao limite autorizado nas vacas. E estes lábios que incham quando trinco uma maçã – deve ter sido comprada no mercado. Os gestos mais simples tornam-se tóxicos. Morre-se aos trinta e cinco de uma «doença prolongada» que pensamos controlar, tal como temos tudo o resto sob controlo. Teria sido necessário tirar conclusões antes que ela aqui nos trouxesse, ao pavilhão B do centro de cuidados paliativos.

É preciso admitir: toda esta «catástrofe», de que nos alimentam tão ruidosamente, não nos toca. Pelo menos enquanto não formos atingidos por uma das suas previsíveis consequências. Ela diz-nos respeito, talvez, mas não nos afecta. E é precisamente aí que reside a catástrofe.

Não há uma «catástrofe ambiental». Há, sim, esta catástrofe *que é o ambiente*. O ambiente é o que resta ao homem quando ele já perdeu tudo o resto. Aqueles que habitam um bairro, uma rua, um vale, uma guerra, um atelier, não têm «ambiente», evoluem num *mundo* povoado de presenças, de perigos, de amigos, de inimigos, de pontos de vida e pontos de morte, de toda a espécie de seres. Esse mundo tem a sua consistência própria, que varia segundo a intensidade e qualidade dos laços que nos ligam a esses seres e a esses lugares. Não há nada para além de nós, filhos da despossessão final, exilados da última hora – que vimos ao mundo em cubos de betão, colhemos frutos em supermercados e seguimos os ecos do mundo na tv – para *ter um ambiente*. Não há nada para além de nós a assistir ao nosso próprio desvanecimento, como se tratasse de uma simples mudança de atmosfera. Para nos indignarmos com os últimos avanços do desastre e redigir pacientemente a enciclopédia.

Aquilo que se fixou enquanto ambiente foi uma relação com o mundo fundada na *gestão*, ou seja, na estranheza. Uma tal relação com o mundo em que nós não somos feitos do murmúrio das árvores, do cheiro a fritos do prédio, do correr da água, do bruáá das salas de aula, ou da humidade das noites de Verão, uma tal relação com o mundo em que existo eu e o meu ambiente, que me rodeia sem nunca me constituir. Tornámo-nos vizinhos numa reunião de condomínio planetário. Não é fácil imaginar um inferno mais completo.

Nunca nenhum meio material mereceu a designação de «ambiente», a não ser eventualmente, neste momento, a metrópole. Voz digital dos anúncios sonoros, eléctrico que chia tão à século XXI, luz azulada de candeeiro em forma de fósforo gigante, peões disfarçados de manequins falhados, rotação silenciosa de uma câmara de videovigilância, ruído sóbrio e metálico das portas do metro, caixas de supermercado, tabuletas de escritórios, atmosfera electrónica de um cyber-café, profusão de ecrãs plasma, de vias rápidas e de látex. Nunca um cenário dispensou tão bem as almas que o atravessam. Nunca o meio foi tão *automático*. Nunca

o contexto foi tão indiferente e nunca exigiu, em troca da sobrevivência no seu seio, uma tão total indiferença. *O ambiente* afinal não é senão isso: a relação com o mundo própria da metrópole, que se projecta sobre tudo o que lhe escapa.

A situação é a seguinte: empregaram os nossos pais na destruição deste mundo, agora querem fazer-nos trabalhar na sua reconstrução e que ela seja, para cúmulo, rentável. A excitação mórbida que anima actualmente jornalistas e publicitários perante cada nova prova do aquecimento climático revela o sorriso de aço do novo capitalismo verde, aquele que se anunciava já desde os anos 70, que nos esperava na próxima esquina mas que nunca mais chegava. E eis que aí está! A ecologia, é ele! As soluções alternativas, é ele! A saúde do planeta, é outra vez ele! Não restam dúvidas: os tempos que correm são verdes; o ambiente será o pivot da economia política do século XXI. De hoje em diante, a cada investida do catastrofismo corresponde uma enxurrada de «soluções industriais».

O inventor da bomba H, Edward Teller, sugere pulverizar a estratosfera com milhões de toneladas de poeiras metálicas para parar o

aquecimento climático. A NASA, frustrada por ter de arrumar a sua grande ideia de um escudo antimíssil no museu das fantasmagorias da guerra fria, promete colocar um espelho gigante para lá da órbita lunar para nos proteger dos futuros raios de sol prejudiciais. Outra visão do futuro: uma humanidade motorizada, rolando com bioetanol de São Paulo a Estocolmo; um sonho de latifundiário cerealífero, que não implica mais do que a conversão de *todas* as terras aráveis do planeta em campos de soja e de beterraba. Viaturas ecológicas, energias limpas, consultoria ambiental que coexiste sem problemas com a última publicidade da Chanel ao longo das páginas acetinadas das revistas.

É que o ambiente tem este mérito incomparável de ser, dizem-nos, o primeiro *problema global* que se coloca à humanidade. Um *problema global*, isto é, um problema que só poderá ser resolvido por aqueles que se organizam globalmente. E já se sabe quem são. São os grupos que desde há quase um século estão na vanguarda do desastre, e onde se pensam manter através da simples alteração do logótipo. A forma descarada como a EDF nos volta a oferecer o seu programa nuclear como *nova solução* para a crise

energética mundial, diz bastante sobre como as novas soluções se assemelham aos antigos problemas.

Das Secretarias de Estado às traseiras dos cafés alternativos, as preocupações exprimem-se agora com as mesmas palavras, que são de resto as mesmas de sempre. É necessário *mobilizar*. Não para a reconstrução, como no pós-guerra, não pelos Etíopes, como nos anos 80, não pelo emprego, como nos anos 90. Não, desta vez, é pelo ambiente. Eles ficam-vos agradecidos. Al Gore, a ecologia *à la* Hulot e o decrescimento arrumam-se ao lado das grandes almas eternas da República para desempenhar o seu papel na reanimação do pequeno povo de esquerda e do bem conhecido idealismo da juventude. Tendo como estandarte a austeridade voluntária, eles trabalham sem remuneração para nos moldar ao «estado de urgência ecológica que vem». A massa redonda e viscosa da sua culpabilidade abate-se sobre as nossos ombros cansados e quer pôr-nos a cultivar a nossa horta, a separar os nossos lixos, a fazer o composto biológico com os restos do festim macabro no e pelo qual fomos mimados.

Gerir a saída do nuclear, os excedentes de CO2 na atmosfera, o degelo, os furacões,

as epidemias, o crescimento exponencial da população, a erosão dos solos, o desaparecimento massivo das espécies… eis o nosso fardo. «Cabe a cada um alterar os seus comportamentos», dizem eles, se se quiser salvar o nosso belo modelo civilizacional. É preciso consumir pouco para *poder ainda consumir*. Produzir biológico para *poder ainda produzir*. É preciso auto-coacção para poder *ainda haver coacção*. É assim que a lógica de um mundo sobrevive dando ares de uma ruptura histórica. É assim que procuram convencer-nos a participar nos grandes desafios industriais do século presente. Atordoados que ficamos, estaremos prontos a saltar nos braços desses mesmos que lideram a pilhagem, para que nos tirem daqui.

A ecologia não é só a lógica da economia total, é também a nova moral do Capital. O estado de crise interna do sistema e o rigor da selecção em curso são tais que é preciso de novo um critério em nome do qual operar uma semelhante escolha. A ideia de virtude nunca foi, de época em época, outra coisa senão uma invenção do vício. Não poderíamos nunca, sem a ecologia, justificar a existência de duas fileiras de alimentação, uma

saudável e biológica para os ricos e seus rebentos, a outra notoriamente tóxica para a plebe e seus descendentes, prometidos à obesidade. A hiper-burguesia planetária não saberia fazer passar por respeitável o seu rumo de vida se estes seus caprichos não fossem escrupulosamente «respeitadores do ambiente». Sem a ecologia, ninguém teria ainda autoridade suficiente para fazer calar toda a objecção aos progressos exorbitantes do controlo.

Rastreio, transparência, certificação, eco-taxas, excelência ambiental, polícia da água auguram o estado de excepção ecológica que se anuncia. Tudo é permitido a um poder que toma a autoridade sobre a Natureza, a saúde e o bem-estar.

«Uma vez que a nova cultura económica e comportamental tenha passado para a moral, as medidas coercivas cairão *certamente* por si mesmas.» É preciso toda a frescura ridícula de um aventureiro das lides televisivas para defender uma perspectiva de tal maneira petrificante e ao mesmo tempo apelar-nos a que sintamos suficiente «dor pelo planeta» para nos mobilizarmos e que fiquemos anestesiados o suficiente para assistir a tudo isto com contenção

e civismo. O novo ascetismo bio é o *controlo de si* que é exigido a todos para negociar a operação de salvamento que o sistema se atribuiu a si próprio. É em nome da ecologia que será necessário apertar os cintos daqui para a frente, tal como o foi em nome da economia até aqui. A estrada poderia seguramente transformar-se em pistas de bicicletas, nós poderíamos mesmo, nas nossas latitudes, ser um dia recompensados com um rendimento garantido, mas apenas como prémio de uma existência inteiramente terapêutica. Aqueles que defendem que o auto-controlo generalizado nos poupará da submissão a uma ditadura ambiental mentem: um fará a cama para a outra e nós acabaremos por dormir com ambos.

Enquanto houver o Homem e o Ambiente haverá sempre a polícia entre eles.

Tudo é para inverter nos discursos ecologistas. Onde falam de «catástrofes» para se referir às derrapagens do regime actual de gestão dos seres e das coisas, não vemos senão a catástrofe do seu mais que perfeito funcionamento. A maior vaga de fome conhecida até hoje na zona tropical (1876-1879), coincidiu com uma seca mundial,

mas sobretudo com o apogeu da colonização. A destruição dos mundos camponeses e das práticas de criação de víveres fizeram desaparecer os meios de fazer face à penúria. Mais do que a falta de água, foram os efeitos da economia colonial em plena expansão que cobriram com milhões de cadáveres toda a faixa tropical. Aquilo que se apresenta por todo o lado como uma catástrofe ecológica não deixou nunca de ser, em primeiro lugar, a manifestação de uma relação desastrosa com o mundo. Não habitar nada torna-nos vulneráveis ao menor solavanco do sistema, ao menor acaso climático. À medida que se aproximava o último tsunami, enquanto os turistas brincavam nas ondas, os caçadores-recolectores das ilhas apressavam-se a fugir da costa seguindo os pássaros. O paradoxo presente da ecologia é que, sob o pretexto de salvar a Terra, ela salvará apenas o fundamento daquilo que a tornou este astro desolado.

A regularidade do funcionamento mundial converte o nosso estado de despossessão, efectivamente catastrófico, num tempo normal. Aquilo a que chamamos «catástrofe» é a suspensão forçada deste estado, um desses raros momentos onde recuperamos alguma

presença no mundo. Que o fim das reservas de petróleo chegue antes do previsto, que os fluxos que mantêm o compasso da metrópole sejam interrompidos, que se caminhe no sentido de grandes instabilidades sociais, que advenham as «populações indomesticáveis», a «ameaça planetária», o «fim da civilização»! Qualquer perda de controle é preferível aos cenários de gestão da crise. Os melhores conselhos, desde logo, não se encontram do lado dos especialistas em desenvolvimento sustentável. É nas disfunções, nos curto-circuitos do sistema que aparecem os elementos de resposta lógica para aquilo que poderia deixar de ser um problema. Dos países signatários do protocolo de Quioto, os únicos que cumprem actualmente os seus compromissos são, mesmo sem querer, a Ucrânia e a Roménia. Adivinhem porquê. A pesquisa mais avançada à escala mundial em agricultura «biológica» tem lugar desde 1989, na ilha de Cuba. Adivinhem por quê. É ao longo das estradas africanas, e em nenhum outro lugar, que a mecânica automóvel se eleva ao estatuto de arte popular. Adivinhem como.

O que torna a crise desejável é que, nela, o ambiente deixa de ser o ambiente. Somos

compelidos a restabelecer um contacto, ainda que fatal, com o que temos, a reencontrar os ritmos da realidade. Aquilo que nos rodeia já não é paisagem, panorama, teatro, mas sim aquilo que nos é dado a habitar, com o qual devemos criar e no qual podemos aprender. Durante a «catástrofe», não nos deixaremos derrubar por aqueles que lhe determinaram os conteúdos possíveis. Enquanto os gestores se interrogam platonicamente sobre como inverter o vapor «sem partir a louça», nós não vemos outra opção realista senão «partir a louça» o quanto antes e tirar então partido de cada colapso do sistema para ganhar força.

Nova Orleães, alguns dias depois da passagem do furacão Katrina. Na atmosfera de apocalipse, aqui e ali, a vida organiza-se. Perante a inacção dos poderes públicos - mais ocupados em limpar as zonas turísticas do «Bairro francês» e em proteger as lojas do que a vir em auxílio dos habitantes pobres da cidade - renascem formas esquecidas. Apesar das tentativas por vezes musculadas para evacuar a zona, apesar das batidas de «caça ao negro» abertas oportunamente por milícias racistas, muitos não quiseram abandonar o

terreno. Para estes, que se recusaram a ser deportados como «refugiados ambientais» para os quatro cantos do país, e para os que vieram de todo o lado, em solidariedade convocada por um antigo Pantera Negra, ressurge a evidência da auto-organização. No espaço de algumas semanas é posta de pé a Common Ground Clinic. Este verdadeiro hospital de campanha dispensa assistência gratuita desde os primeiros dias, com uma capacidade crescente graças à incessante afluência de voluntários. Ao fim de um ano, a clínica estava na base de uma resistência quotidiana à operação de terraplanagem levada a cabo pelos bulldozers do governo, com vista a fazer de toda esta parte da cidade um campo aberto para os promotores. Cozinhas populares, abastecimentos, medicina de rua, expropriações selvagens, construção de pré-fabricados: todo um saber prático acumulado por uns e outros ao longo da vida, que encontrou aqui o espaço para se desenvolver. Longe dos uniformes e das sirenes.

Quem conheceu a alegria despojada destes bairros de Nova-Orleães antes da catástrofe, a desconfiança em relação ao Estado que já reinava e a prática massiva do desenrascanço que lá existia,

não ficou surpreendido por tudo isso ter sido possível naquele lugar. Quem, contrariamente, se encontra confinado ao quotidiano anémico e atomizado dos nossos desertos residenciais poderá duvidar que possa existir tal determinação. Retomar estes gestos submersos em anos de vida normalizada é, no entanto, a única via praticável para não definhar neste mundo. E que venha um tempo de arrebatamento.

SÉTIMO CÍRCULO
“Estamos a construir um espaço civilizado”

A primeira carnificina mundial, aquela que entre 1914 e 1918 permitiu acabar de uma só vez com boa parte do proletariado dos campos e das cidades, foi conduzida em nome da liberdade, da democracia e da civilização. É aparentemente em nome dos mesmos valores que prossegue desde há cinco anos, a golpes de assassinato cirúrgico e operações especiais, a famosa «guerra contra o terrorismo». O paralelismo termina aqui, nas aparências. A civilização deixou de ser esta evidência que se leva aos indígenas sem mais. A liberdade deixou de ser o nome que escrevemos nas paredes, seguida que é, como se doravante da sua sombra se tratasse, pela «segurança». E a democracia tornou-se, como é do conhecimento geral, solúvel nas mais puras leis de excepção – por exemplo no restabelecimento oficial da tortura nos Estados Unidos ou da lei Perben II em França.

Num século a liberdade, a democracia e a civilização foram reconduzidas ao estado de hipótese. Todo o trabalho dos dirigentes consiste,

doravante, em gerir as condições materiais e morais, simbólicas e sociais, nas quais as ditas hipóteses possam ser mais ou menos validadas, em configurar espaços onde estas pareçam funcionar. Todos os meios são válidos para este fim, incluindo os menos democráticos, os menos civilizados, os mais securitários. Dá-se o caso de a democracia ter presidido várias vezes, ao longo do último século, ao nascimento de regimes fascistas; de a civilização nunca ter deixado de rimar - ao som de Wagner ou de Iron Maiden - com exterminação e de a liberdade ter assumido em 1929 a dupla face de um banqueiro que se lança da janela e de uma família operária que morre de fome. Convencionou-se – digamos: desde 1945 – que a manipulação das massas, a actividade dos serviços secretos, a restrição das liberdades públicas e a soberania das diversas polícias pertencem aos meios legítimos de assegurar a democracia, a liberdade e a civilização. No último patamar desta evolução, temos o primeiro presidente da câmara socialista de Paris, que lança a última pedra na pacificação urbana e na gestão policial de um bairro popular, justificando-se com palavras cuidadosamente calibradas: «Aqui construimos espaço civilizado». Nada a acrescentar, tudo a destruir.

Sob os seus ares de generalidade, esta questão da civilização nada tem de filosófico. Uma civilização não é uma abstracção que se sobrepõe à vida. É sobretudo o que rege, investe e coloniza a existência no que ela possui de mais quotidiano, de mais pessoal. É aquilo que mantém unidas a dimensão mais íntima e a mais geral. Em França, a civilização é inseparável do Estado. Quanto mais forte e antigo for um Estado, menos ele se limitará a ser uma superestrutura ou um exosqueleto da sociedade e maior será a sua tendência para formar as subjectividades que o habitam. O Estado francês é a própria trama das subjectividades francesas, o aspecto que assumiu a multissecular castração dos seus sujeitos. Não será de estranhar, então, que nos hospitais psiquiátricos se delire sobre o mundo a partir de figuras políticas, e que todos coincidamos em ver nos nossos dirigentes a origem de todos os nossos males, que gostemos tanto de protestar contra eles e que este modo de protesto seja a aclamação através qual os entronizamos enquanto nossos mestres. Porque não nos ocupamos aqui da política como se esta fosse uma realidade exterior, mas antes como uma parte de nós próprios. A vida que atribuímos a estas figuras é a mesma que nos foi arrebatada.

Se existe uma excepção francesa, ela deriva daqui. Até a difusão mundial da literatura francesa é fruto desta amputação. A literatura é em França o espaço que soberanamente foi concedido à diversão dos castrados. É a liberdade formal que se concedeu aos que não se conformam com o nada a que corresponde a sua liberdade real. Daí os olhares obscenos que desde há séculos, neste país, os homens de estado e os homens de letras não páram de trocar entre si, uns tomando os hábitos dos outros e vice-versa. Daí também que os intelectuais tenham o hábito de falar assim tão alto quando estão assim tão baixo, e que falhem sempre no momento decisivo, o único que teria restituído um sentido às suas existências mas que os teria também posto à margem da sua profissão.

É uma tese defendida e defensável que a literatura moderna nasceu com Baudelaire, Heine e Flaubert, em reacção ao massacre de Estado de Junho de 1848. Foi no sangue dos insurrectos parisienses e contra o silêncio que rodeou o seu massacre que nasceram as formas literárias modernas – o *spleen*, a ambivalência, o fetichismo da forma e o distanciamento mórbido. A afecção neurótica que os franceses

dedicam à sua República – em nome da qual toda e qualquer asneira encontra a sua dignidade e toda e qualquer canalhice a sua nobreza – prolonga a cada instante o recalcamento dos sacrifícios fundadores. As jornadas de Junho de 1848 – mil e quinhentos mortos em combate, mais alguns milhares de execuções sumárias entre os prisioneiros, a Assembleia que acolhe a rendição da última barricada aos gritos de «Viva a República!»- e a Semana sangrenta são sinais de nascença que cirurgia alguma tem a habilidade de apagar.

Kojève escrevia em 1945: «O ideal político «oficial» da França e dos franceses é ainda hoje o do Estado-nação, da "República una e indivisível". Por outro lado, nas profundezas da sua alma, o país apercebe-se da insuficiência desse ideal, do anacronismo político da ideia estritamente "nacional". É certo que esse sentimento ainda não atingiu o nível de uma ideia clara e precisa: o país não pode, nem quer ainda, formulá-la abertamente. Aliás, por causa do brilho incomparável do seu passado *nacional*, torna-se especialmente difícil para a França reconhecer claramente e aceitar honestamente

o fim do período "nacional" da História e daí retirar todas as consequências. É difícil para um país que criou de raiz a armação ideológica do nacionalismo, e que a exportou para o mundo inteiro, reconhecer que este já não é mais do que um documento a classificar nos arquivos históricos».

A questão do Estado-nação e do seu luto constitui a essência do que dá pelo nome, há mais de meio século, do *mal-estar francês.* Nomeamos educadamente «alternância» aquela hesitação vacinada, aquela maneira de passar pendularmente da esquerda à direita e depois da direita à esquerda, da mesma forma que à fase maníaca se segue a fase depressiva, que, por sua vez, prepara outra fase, da mesma maneira que coabitam em França a mais declamatória critica do individualismo e o mais selvagem cinismo, a maior generosidade e a obsessão das multidões. Após 1945, este mal-estar que só pareceu dissipar-se graças ao Maio de 68 e ao seu fervor insurreccional, não cessou de se aprofundar. A era dos Estados, das nações e das repúblicas volta a fechar-se; o país que em seu nome sacrificou tudo o que tinha de vivaz ficou atordoado. Face à explosão que causou a simples frase de Jospin

«o estado não pode fazer tudo», adivinha-se aquela que produzirá, mais cedo ou mais tarde, a revelação de que ele já não pode fazer mais nada. A sensação de se ter sido enganado não pára de crescer e de gangrenar. É ela que cria essa raiva latente, que explode ao menor pretexto. O luto por fazer da era das nações é a chave do anacronismo francês, bem como das possibilidades revolucionárias que este reserva.

Qualquer que seja o seu resultado, o papel das próximas eleições presidenciais é o de assinalar o fim das ilusões francesas, de fazer rebentar a bolha histórica na qual vivemos e que torna possível *acontecimentos* como esse movimento contra o CPE, que se perscruta do estrangeiro como a um pesadelo escapado dos anos 70. É por isso que, no fundo, ninguém quer estas eleições. A França é, efectivamente, a lanterna *vermelha* da zona ocidental.

O ocidente é hoje um G.I.[19] que ataca Fallujah num blindado Abraham M1 a ouvir hard rock com o som no máximo. É um turista perdido no meio das planícies da Mongólia, ridicularizado

19 - *Governmental Issue* - Expressão coloquial que designa os soldados de infantaria do exército dos EUA. (NT)

por todos, que aperta o cartão de crédito como se fosse a sua única tábua salvação. É um gestor de empresas que só jura pelo jogo de Go. É uma jovem que procura a felicidade entre as marcas, os gajos e os cremes hidratantes. É um militante suíço dos direitos humanos que vai até aos quatro cantos do mundo, solidário com qualquer revolta desde que seja sempre derrotada. É um espanhol que pouco se importa com a liberdade política desde que lhe garantiram a liberdade sexual. É um amante de arte que propõe à contemplação petrificada - e enquanto expressão última do génio moderno - um século de artistas que, do surrealismo ao accionismo vienense, rivalizam pelo escarro mais certeiro na face da civilização. É, em suma, um cibernético que encontra no budismo uma teoria realista da consciência e um físico de partículas que procurou na metafísica hinduísta inspiração para as suas últimas descobertas.

O Ocidente é esta civilização que sobreviveu a todas as profecias sobre o seu desmoronamento graças a uma estratégia singular. Da mesma forma que a burguesia teve de se negar a si própria *enquanto classe* para permitir o devir burguês da sociedade, do operário ao barão. Da

mesma forma que o capital teve de se sacrificar *enquanto relação salarial* para se impor enquanto relação social, tornando-se assim capital cultural e capital saúde, tanto quanto capital financeiro. Da mesma forma que o cristianismo teve de se sacrificar enquanto religião para poder sobreviver como estrutura afectiva, como imposição difusa de humildade, compaixão e impotência, *o Ocidente sacrificou-se enquanto civilização particular para se impor como cultura universal*. A operação resume-se ao seguinte: uma entidade em agonia sacrifica-se enquanto conteúdo para sobreviver como forma.

O indivíduo desfeito salva-se enquanto forma graças às tecnologias «espirituais» do coaching. O patriarcado, impondo às mulheres os atributos penosos do macho: vontade, controlo de si, insensibilidade. A sociedade desintegrada, difundindo uma epidemia de sociabilidade e de diversão. Assim, as grandes ficções fora de prazo do Ocidente mantêm-se graças a artifícios que as desmentem ponto por ponto.

Não existe um «choque de civilizações». O que há é uma civilização em estado de morte clínica, na qual se investe todo um equipamento de sobrevivência artificial, e que

propaga na atmosfera planetária uma pestilência característica. Chegados a este ponto, não há um só dos seus «valores» no qual ela consiga ainda acreditar, qualquer que seja a sua forma, e toda e qualquer afirmação assume o efeito de um acto descarado, de uma provocação que convém desmantelar, *desconstruir* e reconduzir de volta ao estado de dúvida. O imperialismo ocidental é hoje o do relativismo, do «é o teu ponto de vista», dos olhares de viés ou do protesto ofendido contra tudo o que é ainda suficientemente parvo, suficientemente primitivo ou suficientemente suficiente para ainda continuar a acreditar em algo, para afirmar o que quer que seja. É este dogmatismo do questionamento que pisca um olho cúmplice a toda a intelligentsia universitária e literária. Nenhuma crítica é demasiado radical entre as inteligências pós-modernistas, desde que envolvida num vazio de certeza. O escândalo residia, há um século, na negação um pouco provocadora, hoje reside em qualquer afirmação que não vacile.

Nenhuma ordem social se pode basear de modo doradouro no princípio de que nada é verdadeiro. É também preciso *sustentá-la*. A aplicação a tudo

do termo «segurança», nos tempos que correm, exprime esse projecto de integrar nos próprios seres, nos comportamentos e nos locais, a ordem ideal à qual estes já não estão dispostos a sujeitar-se. «Nada é verdade» nada diz acerca do mundo, mas tudo acerca do conceito ocidental de verdade. A verdade aqui não é entendida como um atributo dos seres ou das coisas, mas da sua representação. É tida como verdadeira a representação conforme à experiência. A ciência é, em última instância, o império da verificação universal. Ora, todos os comportamentos humanos, dos mais vulgares aos mais eruditos, se baseiam numa base de evidências formuladas de forma desigual sendo que todas as práticas partem de um ponto onde as coisas e as suas representações estão indistintamente ligadas e em todas as vidas entra uma dose de verdade que ignora o conceito ocidental. Pode-se naturalmente falar aqui de «gentes verdadeiras», mas é invariavelmente para gozar com os pobres de espírito. Daí que os ocidentais sejam universalmente tidos como mentirosos e hipócritas. É por isso que é cobiçado o que *têm* - o seu avanço tecnológico - mas nunca o que *são*, que se vê justamente desprezado. Não se poderia ensinar Sade, Nietzsche e Artaud nas

escolas, se essa noção de verdade não tivesse sido antecipadamente desqualificada. Conter ao infinito todas as afirmações, desactivar passo a passo todas as certezas que venham a ser postas à luz do dia, este é o longo trabalho da inteligência ocidental. A polícia e a filosofia são dois meios convergentes, ainda que formalmente distintos.

Naturalmente, o imperialismo do relativo encontra em qualquer dogmatismo vazio, em qualquer marxismo-leninismo, em qualquer salafismo, em qualquer neo-nazismo, um adversário à sua medida: alguém que, tal como qualquer ocidental, confunde afirmação e provocação.

Chegados a este ponto, uma contestação estritamente social que recusa ver que aquilo com que nos defrontamos não é a crise de uma sociedade mas a extinção duma civilização, torna-se dessa forma cúmplice da sua perpetuação. Passou a ser até uma estratégia comum criticar esta sociedade na vã esperança de salvar esta civilização.

E pronto. Temos um cadáver às costas, mas não nos livraremos dele de qualquer maneira. Não há nada a esperar do fim da civilização, da sua morte clínica. Tal como ela está, só pode interessar aos historiadores. É um *facto*, tem que se tomar uma *decisão*. Os factos podem ser escamoteados, a decisão é política. Decidir a morte da civilização, tomar nas mãos o *como* isso acontecerá: só a decisão nos libertará do seu cadáver.

A CAMINHO!

Uma insurreição, já nem sequer somos capazes de ver onde é que isso começa. Sessenta anos de pacificação, de suspensão dos tumultos históricos, sessenta anos de uma anestesia democrática e de gestão dos acontecimentos enfraqueceram em nós uma certa percepção abrupta do real, o sentido guerrilheiro da guerra em curso. É esta percepção que é preciso recuperar, para começar.

Não há que mostrar *indignação* pelo facto de há mais de cinco anos serem aplicadas leis tão notoriamente inconstitucionais quanto a actual Lei de Segurança. É inútil protestar legalmente contra a implosão completa do quadro legal. É necessário que nos organizemos de modo consequente.

Não há que *participar* neste ou naquele colectivo cidadão, neste ou naquele impasse de extrema-esquerda, na última farsa associativa. Todas as organizações que pretendem contestar a ordem presente têm elas mesmas, um pouco mais folcloricamente, a forma, os costumes e

a linguagem de Estados em miniatura. Todas as intenções de «fazer a política de outra forma» nunca contribuíram, até hoje, senão para a extensão indefinida dos pseudópodos[20] estatais.

Não há que *reagir* às novidades do dia, mas compreender cada informação como uma operação a decifrar num campo de estratégias hostil, operação que visa justamente suscitar, neste ou naquele, este ou aquele tipo de reacção; e a reter desta operação a informação verdadeira que está contida na informação aparente.

Não há que *esperar* – um clarão, a revolução, o apocalipse nuclear ou um movimento social. Continuar à espera é uma brincadeira. A catástrofe não é o que aí vem, mas o que já se apresenta. Nós situamo-nos desde já *no* movimento de desabamento de uma civilização. É aí que é preciso tomar partido.

Não mais esperar é, de uma maneira ou de outra, entrar na lógica insurreccional. É escutar de novo, nas vozes dos nossos governantes, o ligeiro

20 - Os pseudópodes são deformações da membrana plásmica que permitem a um célula alimentar-se e deslocar-se numa determinada direcção. (NT)

tremer de terror que nunca os abandona. Porque governar nunca foi outra coisa senão repelir por mil subterfúgios o momento em que a multidão se revoltará e todo o acto de governação nada mais que uma forma de não perder o controle da população.

Nós partimos de um ponto de extremo isolamento, de extrema impotência. Tudo está por fazer no que respeita a um processo insurreccional. Nada parece menos provável do que uma insurreição, mas nada é mais necessário.

ENCONTRAR-SE

**Agarrar-se ao que se sente ser a verdade.
Partir daí.**

Um encontro, uma descoberta, um vasto movimento de greve, um tremor de terra: todo o acontecimento produz uma verdade, ao alterar a nossa maneira de estar no mundo. Inversamente, uma constatação à qual ficamos indiferentes, que não nos modifica, que não nos compromete, ainda não merece o nome de verdade. Existe em cada gesto, em cada prática, em cada relação, em cada situação, uma verdade subjacente. O hábito é o de iludir, de *gerir*, o que produz a desorientação característica de grande parte das pessoas desta época. Na realidade, tudo se relaciona com tudo. A impressão de viver numa mentira ainda é uma verdade. Trata-se de não a largar, de partir daí mesmo. Uma verdade não é uma visão do mundo mas o que nos mantém ligados a ele de forma irredutível. Uma verdade não é algo que se detenha mas algo que nos move. Ela faz-me e desfaz-me, ela constitui-me e destitui-me como

indivíduo, ela afasta-me de muita coisa e torna-me parecido com aqueles que a experimentam.

O ser isolado que a ela se agarra encontra fatalmente alguns dos seus semelhantes. Na realidade, todo o processo insurreccional parte duma verdade relativamente à qual não se cede. Viu-se em Hamburgo, no decorrer dos anos 80, que uma mão cheia de habitantes duma casa ocupada decidiu que daí por diante seria preciso passar sobre os seus cadáveres para os expulsar. Houve um bairro cercado de tanques e helicópteros, dias de luta de rua, manifestações gigantescas – e no final, uma autarquia que capitulou. Georges Guingouin, o «primeiro maquisard[21] de França», só tinha, em 1940, como ponto de partida, a certeza da sua recusa da ocupação. Para o partido comunista não era mais do que «um louco que vive nos bosques»; até que passaram a ser 20 000 loucos a viverem nos bosques e a libertar Limoges.

21 - Maquisard: Combatente irregular, resistente à ocupação alemã de França durante a II Guerra Mundial, que operava sobretudo fora dos centros urbanos. (NT)

Não recuar face ao que toda amizade contém de político

Habituaram-nos a uma ideia neutra de amizade, como pura afeição sem consequência. Mas toda a afinidade é afinidade *no seio de* uma verdade comum. Cada encontro é um encontro *no seio de* uma afirmação comum, mesmo que seja a da destruição. Não nos ligamos inocentemente, numa época em que ter apego por algo e não desistir desse algo conduz frequentemente ao desemprego, em que é preciso mentir para trabalhar, e trabalhar, depois, para conservar os meios da mentira. Seres que, partindo da física quântica, prometessem a si próprios retirar dela todas as consequências, em todas as esferas, não se ligariam de uma forma menos política do que os camaradas que lutam contra uma multinacional agro-alimentar. Eles seriam levados, mais cedo ou mais tarde, à deserção, e ao combate.

Os percursores do movimento operário tinham o atelier e depois a fábrica para se encontrarem. Tinham a greve para se medirem e desmascararem os amarelos. Tinham o rendimento salarial, que opõe o partido do Capital ao partido do Trabalho, para traçar as

solidariedades e as frentes de luta a uma escala mundial. Nós temos a totalidade do espaço social para nos encontrarmos. Nós temos as condutas quotidianas de insubmissão para nos medirmos e desmascarar os amarelos. Nós temos a hostilidade a esta civilização para traçar as solidariedades e as frentes de luta a uma escala mundial.

Não esperar nada das organizações
Desconfiar de todas os milieux existentes, e sobretudo evitar tornar-se numa

Não são raras as vezes em que, no decorrer de uma desfiliação, nos cruzamos com as organizações – políticas, sindicais, humanitárias, associativas, etc. Acontece até encontrarmos alguns seres sinceros mas desesperados, ou entusiastas mas matreiros. A atracção das organizações prende-se com a sua aparente consistência – elas têm uma história, uma sede, um nome, meios, um chefe, uma estratégia e um discurso. Não deixam, no entanto, de ser arquitecturas vazias, que se esforçam por repovoar o respeito devido às suas origens heróicas. Em todas as coisas, como em cada um dos seus escalões, tratam antes de tudo da sua sobrevivência enquanto organizações. As

suas repetidas traições alienaram portanto, não poucas vezes, a ligação à sua própria base. E é por isso que por vezes encontramos nestas pessoas estimáveis. Mas a promessa contida no encontro apenas se poderá realizar fora da organização e, necessariamente, contra ela.

Os *milieux* são bem mais temíveis, com a sua textura maleável, os seus mexericos e as suas hierarquias informais. Todos os *milieux* são de fugir. Cada um está como que encarregado da neutralização de uma verdade. Os círculos literários existem para reprimir a evidência dos escritos. As cenas libertárias, para reprimir a evidência da acção directa. Os meios académicos existem para reter o que as suas pesquisas implicam para um grande número de pessoas. Os meios desportivos, para conter nos seus ginásios as diferentes formas de vida, que deveriam criar diferentes formas de desporto. São especialmente de fugir os meios culturais e os meios militantes. Ambos são antecâmaras da morte onde, tradicionalmente, vêm parar todos os desejos de revolução. A missão dos meios culturais é detectar as intensidades emergentes e pela sua exposição subtrair o sentido do que se faz; a missão dos meios militantes é subtrair a

energia de o fazer. Os meios militantes estendem a sua malha difusa na totalidade do território francês, encontrando-se no caminho de todo o devir revolucionário. Não carregam senão o número dos seus fracassos e a amargura que deles retiram. O seu desgaste, como o excesso da sua impotência, tornaram-nos inaptos a agarrar as possibilidades do presente. Fala-se aí demais, de resto, para preencher uma miserável passividade; o que os torna, no que respeita à polícia, pouco seguros. Como é vão esperar deles alguma coisa, é estúpido ficar decepcionado pela sua esclerose. Basta deixá-los à sua morte.

Todos os *milieux* são contra-revolucionários, pois o seu único objectivo é o de preservar o seu triste conforto.

Constituir-se em comunas

A comuna constitui-se quando seres se encontram, se entendem e decidem prosseguir caminho juntos. A comuna será talvez aquilo que se decide no momento em que seria normal a separação. É a felicidade do encontro que sobrevive à sua repressão. É o que faz com que digamos «nós», e que isso constitua um acontecimento. O estranho

não é seres entenderem-se e formarem uma comuna, mas ficarem separados. Por que é que as comunas não se multiplicam até ao infinito? Em cada fábrica, em cada rua, em cada aldeia, em cada escola. Enfim, o reino dos comités de base! Mas teriam de ser comunas que aceitassem ser o que são lá onde elas são. E se possível, uma multiplicidade de comunas que substituíssem as instituições da sociedade: a família, a escola, o sindicato, o clube desportivo, etc. Comunas que, para além das suas actividades políticas, não temessem organizar-se de forma a garantir a sobrevivência material e moral de cada um dos seus membros e de todos os desnorteados à sua volta. Comunas que não se definissem – como o fazem geralmente os colectivos – por um dentro e um fora, mas pela densidade das ligações no seu seio. Não pelas pessoas que as compõem, mas pelo espírito que as anima.

Uma comuna forma-se cada vez que alguns, libertos do colete-de-forças individual, começam a não contar senão com eles mesmos e a confrontar a sua força com a realidade. Toda e qualquer greve selvagem é uma comuna, toda a casa ocupada colectivamente sobre bases claras é uma comuna, os comités de acção de 68 eram

comunas, como o eram as aldeias de escravos fugitivos nos Estados Unidos e ainda a rádio Alice, em Bolonha, em 1977. Toda a comuna quer ser a sua própria base. Quer dissolver a questão das necessidades. Quer quebrar simultaneamente toda e qualquer dependência económica e sujeição política, e degenerar e tornar-se *milieu* a partir do momento em que estiver perdido o contacto com as verdades que a alicerçam. Existem vários tipos de comunas, que não esperam nem o número, nem os meios, e muito menos «o momento certo» que nunca chega, para se organizarem.

ORGANIZAR-SE

Organizar-se para não ter que continuar a trabalhar

Os esconderijos tornam-se cada vez mais raros e, para dizer a verdade, é frequentemente uma perda de tempo continuarmos a aborrecermo-nos neles. Caracterizam-se, para além disso, pelas deploráveis condições para a sesta e a leitura.

Sabemos que o indíviduo existe tão pouco que tem de *ganhar a vida*, vender o seu tempo em troca de um pouco de existência social. Tempo pessoal em troca de existência social: eis o trabalho, eis o mercado. O tempo da Comuna escapa desde logo ao trabalho, não entra nesse esquema e prefere outros. Grupos de piqueteros argentinos põem colectivamente em prática uma espécie de rendimento social de inserção local, assegurado por umas poucas horas de trabalho; não estabelecem horários, partilham os seus rendimentos e adquirem oficinas de costura, uma padaria, as hortas de que necessitam.

Há dinheiro a encontrar para a Comuna, em alternativa a ter que ganhar a vida. Todas as Comunas possuem os seus sacos azuis. Os esquemas são múltiplos. Para além do rendimento social de inserção, há subsídios à habitação, baixas médicas, bolsas de estudo acumuladas, abonos de família fictícios, todo o tipo de tráficos e outros tantos meios que resultam de cada transformação do sistema de controlo. Não nos cabe a nós defendê-los, nem instalarmo-nos nesses abrigos ocasionais ou preservá-los como um privilégio de iniciados. O que interessa cultivar e difundir é essa necessária disposição para a fraude e a partilha de cada inovação nesse domínio. Para as Comunas, a questão do trabalho não se coloca senão em função dos outros rendimentos existentes. É preciso não negligenciar tudo aquilo que – mesmo passageiramente - certas profissões, formações ou lugares bem colocados, proporcionam em termos de conhecimentos úteis.

A exigência da Comuna é libertar o máximo de tempo possível para todos. Exigência que não se mede apenas, ou essencialmente, pelo *número de horas* livres de qualquer exploração salarial. O

tempo libertado não equivale a férias. O tempo livre, os tempos mortos, o tempo do vazio e do medo do vazio, tudo isso é tempo de trabalho. Já não há actualmente um tempo a *preencher*, mas antes uma libertação de energia que «tempo» algum contém; linhas que se desenham, que se acumulam, que podemos seguir à vontade, até ao fim, até as ver entrelaçarem-se.

Pilhar, cultivar, fabricar

Os velhos operários da Metaleurop tornam-se ladrões em vez de vigias. Empregados da EDF ensinam os seus amigos a falsificar o contador de electricidade. Material «caído do camião» é vendido em todo o lado. Um mundo que se revela tão abertamente cínico não pode contar com grande lealdade da parte dos seus proletários.

Por um lado, uma Comuna não se pode apoiar para toda a eternidade no «Estado Providência», por outro, não pode esperar viver por muito tempo do roubo de lojas, da reciclagem nos caixotes de lixo dos supermercados ou das incursões nocturnas aos armazéns das zonas industriais, do desvio de subsídios, das vigarices às seguradoras e de outras fraudes, em resumo:

da pilhagem. Ela deve, portanto, preocupar-se em aumentar permanentemente o nível e o alcance da sua auto-organização. Que os tornos, as rebarbadoras, as máquinas de fotocópias vendidas com desconto aquando do encerramento de uma fábrica venham servir de apoio a um qualquer tipo de conspiração contra a sociedade mercantil - nada poderia ser mais lógico.

O sentimento da iminência do colapso está tão generalizadamente vivo nos nossos dias que temos dificuldades em enumerar todas as experimentações em curso no que diz respeito à construção, à energia, aos materiais, à ilegalidade ou à agricultura. Há aí todo um conjunto de saberes e de técnicas prontos a serem pilhados e arrancados à sua embalagem moralista, chico-esperta ou ecologista. Mas esse conjunto não é ainda senão uma parte de todas as intuições, de todos os *savoir-faire*, desse engenho próprio dos bairros de lata que nos conviria desenvolver, se contamos repovoar o deserto metropolitano e assegurar a viabilidade, a médio prazo, de uma insurreição.

Como mover-se e comunicar durante uma interrupção total dos fluxos? Como restaurar as culturas alimentares das zonas rurais de

maneira a que elas possam novamente suportar a densidade populacional que possuíam ainda há sessenta anos? Como transformar os espaços asfaltados em hortas urbanas, como fez Cuba para poder suportar o embargo americano e a liquidação da URSS?

Formar e formar-se

Que nos resta a nós, que tanto desfrutámos dos lazeres autorizados pela democracia mercantil? O que é que nos poderia levar a ir fazer jogging a um domingo de manhã? O que é que move todos esses fanáticos do karaté, esses adeptos da bricolage, da pesca ou da micologia? O quê, se não a necessidade de preencher um perfeito vazio, de reconstituir a sua força de trabalho ou o seu «capital saúde»? A maioria dos lazeres poderia facilmente desembaraçar-se do seu carácter absurdo e transformar-se noutra coisa que não lazeres. O boxe nem sempre esteve limitado às maratonas televisivas ou a figurar em combates de grande espectacularidade. A China do início do século XX, retalhada por hordas de colonizadores famintos e esfomeada por longas secas, viu centenas de milhões de camponeses

pobres organizarem-se em torno de inumeráveis clubes de boxe a céu aberto, para recuperar aos ricos e aos colonos aquilo que estes haviam espoliado. Tratou-se da revolta dos *boxeurs*. Nunca é demasiado tarde para aprender e praticar aquilo que tempos menos pacificados e menos previsíveis poderão exigir de nós. A nossa dependência relativamente à metrópole - à sua medicina, à sua agricultura e à sua política – é tal no presente, que não a podemos atacar sem nos colocarmos a nós próprios em risco. É a consciência não formulada dessa vulnerabilidade que produz a auto-limitação espontânea dos actuais movimentos sociais, que nos faz temer as crises e desejar a «segurança». É através dela que as greves trocaram o horizonte da revolução pelo do regresso à normalidade. Desembaraçar-se dessa fatalidade requer um longo e consistente processo de aprendizagem, múltiplas e variadas experimentações. Trata-se de saber combater, abrir fechaduras, tratar tanto das fracturas como das anginas, construir um emissor de rádio pirata, construir cantinas de rua, ter boa pontaria, mas também de reunir os saberes dispersos e constituir uma agronomia de guerra, compreender a biologia do plâncton, a composição dos solos, estudar as associações de

plantas e também descobrir as intuições perdidas, todos os usos, todas as ligações possíveis ao nosso meio circundante e os limites para lá dos quais o esgotamos; tudo isso desde já, para os dias em que for necessário obter mais do que uma parte simbólica da nossa alimentação e dos nossos confortos.

Criar territórios. Multiplicar as zonas de opacidade

Cada vez mais reformistas admitem hoje em dia que, «na eminência do auge petrolífero» e «para reduzir as emissões de gás com efeito estufa», seria bom «relocalizar a economia», favorecer o aprovisionamento regional, os pequenos circuitos de distribuição, renunciar à facilidade de importações longínquas, etc. Esquecem que a característica de tudo o que se faz localmente, no domínio da economia, é precisamente o de ser feito *na sombra*, de forma «informal»; que essa simples medida ecológica de relocalização da economia implica nada menos do que uma total subtracção ou uma total submissão ao controlo do Estado.

O actual território é o produto de inúmeros séculos de operações policiais. As

pessoas foram conduzidas para fora dos seus campos, depois para fora das suas ruas, depois para fora dos seus bairros e finalmente para fora dos átrios do seu prédio, na esperança demente de conter toda a vida entre as quatro paredes viscosas do privado. A questão do território não se coloca para nós da mesma maneira que para o Estado. Não se trata de o *possuir*. Trata-se de densificar localmente as comunas, as circulações e as solidariedades, ao ponto de tornar o território ilegível e opaco para qualquer forma de autoridade. Não se trata de ocupar o território, mas de *ser* o território.

Toda a prática dá existência a um território – território do negócio ou da caça, território dos jogos infantis, dos apaixonados ou do motim, território do camponês, do ornitólogo ou do ocioso. A regra é simples: quanto maior for o número de territórios que se sobrepõem numa determinada zona, maior será a circulação entre eles, e menor o poder de os controlar. Bares, gráficas, ginásios, terrenos baldios, quiosques de livros antigos, terraços de edifícios, mercados improvisados, kebabs, garagens podem facilmente escapar à sua vocação oficial caso aí se descubram cumplicidades suficientes. A auto-

organização local, ao sobrepor a sua geografia própria à cartografia estatal, incendeia-a, anula-a; ela produz a sua própria secessão.

Viajar. Desenhar as nossas próprias vias de comunicação

O princípio das comunas não é o de opor à metrópole e à sua mobilidade o enraizamento local e a lentidão. O movimento expansivo de constituição das comunas deve duplicar subterraneamente o da metrópole. Não temos que rejeitar as possibilidades de deslocação e de comunicação oferecidas pelas infrastruturas mercantis, apenas temos que reconhecer os seus limites. Basta ser suficientemente prudente, suficientemente discreto. Por outro lado, fazer visitas é bastante mais seguro, não deixa traços e forja alianças bem mais consistentes do que qualquer lista de contactos na internet. O privilégio, concedido a muitos de nós, de poder «circular livremente» de uma ponta à outra do continente e, sem problemas de maior, pelo mundo inteiro, é um trunfo não negligenciável para pôr em contacto os focos de conspiração. É um dos encantos da metrópole permitir a americanos, gregos, mexicanos e alemães

encontrarem-se furtivamente em Paris o tempo suficiente para uma discussão estratégica.

O movimento permanente entre comunas amigas é uma das coisas que as preservam tanto do definhamento como da fatalidade da renúncia. Acolher camaradas, manter-se a par das suas iniciativas, meditar acerca da sua experiência, apropriar-se das técnicas de que eles se servem, faz mais por uma comuna do que estéreis exames de consciência à porta fechada. Cometeríamos um grave erro se subestimássemos tudo aquilo que de decisivo pode ser elaborado, durante as noites passadas a confrontar os nossos pontos de vista acerca da guerra em curso.

Derrubar, pouco a pouco, todos os obstáculos

Como sabemos, as ruas transbordam de incivilidades. Entre aquilo que efectivamente são e aquilo que deveriam ser, está a força centrípeta de qualquer polícia, que se empenha em garantir a ordem; e, no sentido oposto, existimos nós, ou seja, o movimento inverso, centrífugo. Não podemos senão rejubilar face à cólera e à revolta, onde quer que estas se manifestem. Nada há de surpreendente no facto desses feriados nacionais

que já nada festejam correrem sistematicamente mal nos últimos tempos. Ofuscante ou arruinado, o mobiliário urbano – mas onde é que ele começa? onde é que ele acaba? – materializa a nossa despossessão comum. Perseverante na sua nulidade, não exige senão que a ela regressemos definitivamente. Contemplemos aquilo que nos rodeia: tudo isto aguarda a sua hora, a metrópole adquire subitamente ares de nostalgia, dos que só se encontram em campos de ruínas.

Caso se tornem metódicas, caso se sistematizem, as incivilidades confluem numa guerrilha difusa, eficaz, que nos conduz à nossa ingovernabilidade, à nossa indisciplina primordial. É perturbante que entre as virtudes militares reconhecidas aos guerrilheiros se encontre precisamente a indisciplina. Efectivamente, nunca deveríamos ter desligado raiva e política. Sem a primeira, a segunda perde-se em discursos; e sem a segunda, a primeira esgota-se em uivos. Palavras como «enraivecidos» ou «exaltados» nunca vêm à tona em política sem se verem acompanhadas por actos de intimidação.

No que toca ao método, retenhamos da sabotagem o seguinte princípio: um mínimo de risco na

acção, um mínimo de tempo, um máximo de estragos. No que toca à estratégia, lembremo-nos de que um obstáculo derrubado mas não submerso – um espaço libertado mas desabitado – é facilmente substituído por um outro obstáculo, mais resistente e menos vulnerável.

É inútil demorarmo-nos sobre os três tipos de sabotagem operária: atrasar o trabalho, do «ir fazendo» à greve de zelo; partir as máquinas, ou estorvar o seu funcionamento; divulgar os segredos da empresa. Alargados às dimensões da fábrica social, os princípios da sabotagem generalizam-se da produção à circulação. A infraestrutura técnica da metrópole é vulnerável: os seus fluxos não são só transportes de pessoas e de mercadorias; informações e energia circulam através das redes de cabos, fibras e canalizações, que é possível atacar. Sabotar com alguma consequência a máquina social implica hoje em dia reconquistar e reinventar as maneiras de interromper as suas redes. Como inutilizar uma linha do TGV, uma rede eléctrica? Como descobrir os pontos fracos das redes informáticas, como queimar as ondas de rádio e deixar no nevoeiro o pequeno ecrã?

Quanto aos obstáculos sérios, é falso dizer que é impossível qualquer destruição. O que há de prometeico nisto resume-se a uma certa apropriação do fogo, para lá de qualquer voluntarismo cego. Em 356 AC, Eróstrato queimou o templo de Artémis, uma das sete maravilhas do mundo. Nos nossos tempos de completa decadência, os templos não impõem nada mais do que a fúnebre verdade de *que já só são ruínas*.

Destruir este vazio nada tem de triste. O agir redescobre uma nova juventude. Tudo toma sentido, tudo se ordena subitamente: espaço, tempo, amizade. Aí se fazem flechas de qualquer madeira, aí se redescobre o seu uso – não somos senão flechas. Na miséria dos tempos, «foder tudo» faz talvez as vezes – não sem razão, é preciso reconhecê-lo – de última sedução colectiva.

Fugir da visibilidade, transformar o anonimato em posição ofensiva

Numa manifestação, um sindicalista arranca a máscara de um anónimo que acaba de partir uma montra: «Assume o que fazes, em

vez de te esconderes.» Ser visível, é estar a descoberto, ou seja, antes de mais, vulnerável. Quando os esquerdistas de todos os países não param de «visibilisar» a sua causa – seja a dos vagabundos, a das mulheres ou a dos emigrantes indocumentados – na esperança de que ela seja tida em conta, fazem exactamente o contrário do que seria necessário fazer. Não nos tornarmos visíveis, mas virar para o nosso lado o anonimato a que fomos relegados e, pela conspiração, a acção nocturna ou de cara tapada, fazer dele uma inatingível posição de ataque. O incêndio de Novembro de 2005 oferece o modelo. Nenhum líder, nenhuma reivindicação, nenhuma organização, mas sim palavras, gestos, cumplicidades. Não se ser ninguém no plano social não é uma condição humilhante, a raiz de uma trágica falta de reconhecimento – ser-se reconhecido: por quem? -, mas antes a condição para uma máxima liberdade de acção. Não assinar as transgressões, não escrever senão siglas fantoches – recordamo-nos ainda da efémera BAFT (Brigade Anti-Flic des Tarterêts) – é uma forma de preservar esta liberdade. Evidentemente, a constituição de um sujeito «subúrbio» que teria sido o autor dos «motins de Novembro de 2005»

terá sido uma das primeiras manobras defensivas do regime. Olhar para as caras dos que são *um qualquer* nesta sociedade pode ajudar a comprender a alegria de não ser ninguém.

A visibilidade deve ser evitada. Mas uma força que se agrega na sombra não a pode evitar para sempre. Trata-se de atrasar a nossa aparição enquanto força até que o momento seja oportuno. Pois quanto mais tarde a visibilidade nos encontrar, mais fortes ela nos verá. E uma vez entrados na visibilidade, o nosso tempo está contado. Seja por estarmos em condições de pulverizar o seu reino a curto-prazo, seja por ele nos derrubar sem hesitações.

Organizar a auto-defesa

Vivemos sob ocupação, sob ocupação *policial*. As rusgas em plena rua a emigrantes sem documentos, os carros à paisana a rasgar as avenidas, a pacificação dos bairros da metrópole por técnicas forjadas nas colónias, as declarações do Ministro do Interior contra os «bandos», dignas da guerra da Argélia, relembram-nos quotidianamente disso. São motivos suficientes para não mais nos deixarmos abater, para nos ocuparmos da auto-defesa.

À medida que cresce e irradia, uma comuna vê pouco a pouco as operações do poder tomarem como alvo aquilo que a constitui. Estes contra-ataques tomam a forma da sedução, da recuperação e, em último recurso, da força bruta. A auto-defesa deve ser para as comunas uma evidência colectiva, tanto prática como teórica. Impedir uma detenção, reunir-se prontamente em número contra as tentativas de expulsão, abrigar um dos nossos, não serão reflexos supérfluos nos tempos que aí vêm. Não podemos incessantemente reconstruir as nossas bases. Paremos de denunciar a repressão e preparemo-nos para ela.

O problema não é simples, já que à medida que se espera da população um acréscimo de trabalho policial – da delação à participação ocasional em milícias cidadãs – as forças policiais estabelecem-se na multidão. O modelo recorrente da intervenção policial, mesmo em situações de motins, é doravante o polícia à paisana. A eficácia da polícia aquando das últimas manifestações contra o CPE vinha destes civis que se misturavam na multidão, esperando pelo incidente para se mostrarem: gás pimenta, cassetete, balas de borracha, detenções; tudo

isso em coordenação com os serviços de ordem dos sindicatos. A simples possibilidade da sua presença chega para lançar a suspeita por entre os manifestantes : quem é quem?, e para paralisar a acção. Assumindo que uma manifestação não é um meio para contarmos quantos somos mas sim um meio de agir, temos de nos dotar dos meios de desmascarar os paisanas, segui-los e, sendo caso disso, subtrair-lhes os que eles tentam prender.

A polícia não é invencível na rua, simplesmente tem meios para se organizar, treinar e testar incessantemente novas armas. Em comparação, as nossas armas serão sempre rudimentares, fabricadas e improvisadas no terreno. Em todo o caso, não pretendem competir em poder de fogo, mas antes ganhar espaço, desviar a atenção, exercer uma pressão psicológica ou forçar de surpresa uma passagem e ganhar terreno. Qualquer inovação desenvolvida nos centros de preparação da polícia francesa para a guerrilha urbana é manifestamente insuficiente e, sem dúvida, nunca chegará para conseguir responder com a rapidez suficiente a uma multiplicidade em movimento, que possa atacar diversos locais em simultâneo e, sobretudo, que se esforce por ter a iniciativa sempre do seu lado.

As comunas são evidentemente vulneráveis à vigilância e aos inquéritos policiais, à polícia científica e aos serviços secretos. As vagas de detenções de anarquistas em Itália e de ecowarriors nos Estados Unidos foram possibilitadas pelas escutas. Qualquer detenção dá hoje em dia lugar a uma recolha de ADN e alimenta um ficheiro cada vez mais completo. Um okupa de barcelona foi encontrado porque deixou impressões digitais nos panfletos que distribuía. Os métodos de identificação melhoram incessantemente, nomeadamente através da biométrica. E se o cartão de identidade electrónico vier a ser implantado, a nossa tarefa não será senão mais difícil. A Comuna de Paris começou por resolver os problemas de identificação: queimando a câmara municipal, os incendiários destruíram os registos do estado civil. Resta descobrir os meios de destruir para sempre os dados informáticos.

A comuna é a unidade básica numa vida de resistência. Uma escalada insurreccional não é mais do que a multiplicação de comunas, a sua ligação e articulação. Dependendo da evolução dos acontecimentos, as comunas reagrupam-se em entidades de maior envergadura ou então fraccionam-se. Existe apenas uma diferença de escala, entre um grupo com afinidades entre irmãos e irmãs ligados «para a vida e para a morte» e a reunião de uma multiplicidade de grupos, de comités e de bandos para organizar as necessidades de auto-defesa da vizinhança, ou mesmo uma região revoltosa, pois todos eles são indistintamente comunas.

Cada comuna não poderá senão tender para a auto-subsistência e experienciar no seu seio o dinheiro como algo inútil, no fundo, deslocado. O poder do dinheiro consiste em criar um laço entre aqueles que não estão ligados, ligar desconhecidos *enquanto desconhecidos* e desta forma, ao criar uma equivalência entre todas as coisas, pô-las a todas em circulação. A capacidade que o

dinheiro possui, de tudo interligar, paga-se com a superficialidade desse laço, em que a mentira é a regra. A desconfiança é a base da relação de crédito. O império do dinheiro deve ser, antes de mais, o império do controlo. A abolição prática do dinheiro não pode senão resultar do alargamento das comunas. O alargamento das comunas deve, em cada caso, obedecer à preocupação de não ultrapassar determinada dimensão, para lá da qual esta perderá o contacto consigo mesma, suscitando quase infalivelmente uma casta ou grupo dominante. Nesse caso, a comuna preferirá fragmentar-se e desta forma difundir-se, evitando assim um desenlace infeliz.

O levantamento da juventude argelina abarcou toda a Cabília na Primavera de 2001 e conseguiu uma tomada quase total do território, atacando os guardas, os tribunais e todas as representações do Estado, generalizando o motim até à retirada unilateral das forças da ordem, impedindo assim fisicamente a realização das eleições. É provável que a força do movimento tenha residido na complementaridade difusa entre múltiplos componentes, que foram representados apenas parcialmente, nas intermináveis e desesperadamente masculinas

assembleias de comités de aldeia e outros comités populares. As «comunas» da sempre vibrante insurreição argelina assumiram ora a cara destes jovens de bonés «pirómanos» que atiram botijas de gás à polícia de choque CNS do telhado de um prédio de Tizi Ouzou, ora o sorriso malicioso de um velho maquisard com o seu burnous, ora ainda a energia das mulheres de uma aldeia de montanha, que põem em prática, contra tudo e todos, as culturas e a sabedoria tradicionais, sem as quais os bloqueios à economia da região não conseguiriam ser tão frequentes nem tão sistemáticos.

Fazer fogo de toda a crise

«É preciso ainda acrescentar que não se poderá dar conta do conjunto da população francesa. Será então necessário fazer escolhas.» É desta forma que um especialista em virologia resume ao *Le Monde* o que aconteceria em caso de pandemia de gripe das aves, no dia 7 de setembro de 2005. «Ameaças terroristas», «catástrofes naturais», «alertas virais». «movimentos sociais» e «violências urbanas» são, para os administradores da sociedade, verdadeiros momentos de

instabilidade através dos quais asseguram o seu poder, pela selecção do que lhes convém e pela aniquilação do que os incomoda. Por esta lógica, será também oportunidade para outras forças se agregarem ou reforçarem, posicionando-se do lado oposto. A interrupção dos fluxos de mercadorias, a suspensão da normalidade - basta observar o que se recupera de vida social num prédio subitamente privado de electricidade, para imaginar o que poderia tornar-se a vida numa cidade privada de tudo - e do controlo policial libertam potencialidades de auto-organização impensáveis noutras circunstâncias. Todos compreendem isso. O movimento operário revolucionário foi muito perspicaz quando fez das crises da economia burguesa os pontos nevrálgicos da sua crescente força. Hoje, os partidos Islâmicos não são tão fortes como quando souberam inteligentemente substituir-se à fraqueza do Estado, por exemplo: ao fornecer ajuda às vítimas do terramoto na Argélia, ou ainda na assistência diária à população do Sul do Líbano, destruído pelo exército Israelita.

Como mencionámos acima, a devastação de Nova Orleães pelo furacão Katrina foi, para toda uma franja do movimento anarquista norte-

americano, a oportunidade de tomar uma solidez inédita, ao reunir todos os que ali permaneceram, resistindo às evacuações forçadas. As cantinas populares mostraram que as pessoas pensaram previamente no aprovisionamento; a assistência médica de emergência exige a aquisição prévia do conhecimento e dos materiais necessários, tal como a criação de rádios pirata. O que tudo isto contém de diversão, de superação do desenrascanço individual, de realidade tangível insubmissa face ao quotidiano da ordem e do trabalho, garante a fecundidade política de experiências semelhantes.

Num país como a França, onde as nuvens radioactivas chegam à fronteira e não se hesita em construir um instituto oncológico no antigo espaço de uma fábrica AZF, lugar classificado como de risco pela Directiva «Seveso», devemos dar menos importância às catástrofes «naturais» do que às crises sociais. É aos movimentos sociais que compete aqui, frequentemente, interromper o curso normal do desastre. É evidente que nos últimos anos as várias greves foram quase sempre oportunidades para o governo e a direcção das empresas porem à prova a sua capacidade de manter um «serviço mínimo» cada vez maior, a

ponto de reduzir as paragens laborais à sua pura dimensão simbólica, pouco mais prejudiciais do que uma tempestade de neve ou um suicídio nos caminhos de ferro. Mas, ao porem em causa as práticas militantes instaladas, através da ocupação sistemática dos estabelecimentos de ensino e do seu bloqueio obstinado, as lutas de 2005 dos estudantes do ensino secundário, e mais tarde contra o CPE, vieram relembrar a capacidade de estrago e de ofensiva difusa existente no seio dos movimentos. Por todos os grupos de afinidade formados à sua volta, essas lutas permitiram entrever em que condições os movimentos de massas podem tornar-se o lugar de origem de novas comunas.

Sabotar qualquer momento de representação
Generalizar a palavra
Abolir as assembleias gerais

Todo o movimento social encontra como primeiro obstáculo, muito antes da polícia propriamente dita, as forças sindicais e toda a microburocracia cuja vocação é enquadrar as lutas. As comunas, os grupos de base ou os gangs desprezam-nas espontaneamente. É por

isso que os para-burocratas inventaram há vinte anos as coordenações, que oferecem, na sua falta de etiqueta, um ar mais inocente, sem com isso deixarem de ser o terreno ideal para as suas manobras. Se um colectivo estiver obstinado em experimentar a autonomia, procurarão a todo o custo esvaziá-lo de qualquer conteúdo, afastando resolutamente as questões importantes. São ferozes e perdem a cabeça: não pela paixão pelo debate, mas pela sua vocação para o conjurar. E quando a sua defesa excitada da apatia persuade enfim o colectivo, explicam o falhanço pela falta de consciência política. É preciso dizer que em França, nomeadamente graças à actividade frenética das várias capelas trotskistas, não é a arte de manipulação política que faz falta à juventude militante. Do incêndio de Novembro de 2005, apenas ela soube extrair esta lição: toda a coordenação é supérflua quando *a* coordenação existe, as organizações estão sempre a mais, lá onde nos organizamos.

Um outro reflexo é, ao mínimo movimento, fazer uma assembleia geral e votar. É um erro. O simples acto de voto, da decisão a tomar, é suficiente para transformar a assembleia num pesadelo, fazendo dela o palco onde se

confrontam todas as pretensões ao poder. Somos aí vítimas do mau exemplo dos parlamentos burgueses. A assembleia não é feita para a decisão mas para a palavra, para a palavra livre que se exerce sem objectivo.

A necessidade de reunir é tão constante nos seres humanos quanto é rara a necessidade de decidir. A reunião responde à alegria de experimentar uma força comum. Decidir não é vital senão nas situações de urgência em que o exercício da democracia está de qualquer forma comprometido. Durante o tempo restante, o problema do «carácter democrático do processo de tomada de decisão» só existe para os fanáticos do processo. Não se trata de criticar as assembleias ou de desertá-las, mas de libertar a palavra, os gestos e os jogos entre as pessoas. Basta constar que cada pessoa ali vai, não apenas com um ponto de vista ou uma moção, mas também com desejos, ligações, capacidades, forças, tristezas e uma certa disponibilidade. Se conseguirmos desta forma destruir o fantasma da Assembleia Geral em proveito de uma *assembleia das presenças*, se conseguirmos frustrar a sempre renascente tentação da hegemonia, se pararmos de nos fixar na decisão como uma finalidade, há algumas

hipóteses de se dar um desses *acontecimentos em massa*, um desses fenómenos de cristalização colectiva em que uma decisão se apodera das pessoas, na sua totalidade ou apenas parcialmente.

O mesmo pode ser dito no que respeita à decisão de acções. Partir do princípio de que «a acção deve ordenar o desenrolar de uma assembleia», é impossibilitar o fervilhar do debate e a própria eficácia da acção. Uma numerosa assembleia de pessoas que não se conhecem condena-se a eleger especialistas da acção, quer dizer, a negligenciar a acção em proveito do seu controle. Por um lado, os mandatados estão por definição entravados na sua acção, por outro, nada os impede de enganar toda a gente.

Não se trata de procurar uma forma ideal para a acção. O essencial é que a acção assuma uma forma, que a suscite e que não lhe esteja sujeita. Isto pressupõe a partilha de uma mesma posição política, geográfica - como as secções da Comuna de Paris durante a Revolução Francesa - tal como a partilha de um mesmo conhecimento que circula. Quanto a decidir acções, poderia ser este o princípio: que cada um efectue o reconhecimento, recolha informações, e a decisão virá por si mesma, tomar-nos-á mais

do que nós a tomaremos a ela. A circulação do saber anula a hierarquia, igualiza nivelando por cima. A comunicação horizontal e proliferante é também a melhor forma de coordenação das várias comunas, para pôr fim à hegemonia.

Bloquear a economia, mas medir a nossa força de bloqueio pelo nosso nível de auto-organização

Nos últimos dias de Junho 2006, em todo o Estado de Oaxaca, as ocupações de câmaras municipais multiplicam-se, os insurrectos ocupam os edifícios públicos. Em certas autarquias, expulsam os presidentes da câmara e requisitam os veículos oficiais. Um mês mais tarde, são bloqueados os acessos a certos hotéis e complexos turísticos. O ministro do Turismo fala de catástrofe «comparável ao furacão Wilma». Alguns anos antes, o bloqueio tornara-se uma das principais formas de acção do movimento argentino de revolta, com os vários grupos locais a auxiliarem-se mutuamente bloqueando este ou aquele eixo, ameaçando permanentemente paralisar todo o país pela sua acção conjunta se as suas reivindicações não fossem satisfeitas. Tal ameaça foi durante muito tempo uma

poderosa ferramenta nas mãos dos camionistas, electricistas, homens do gás e motoristas. O movimento contra o CPE não hesitou em bloquear estações, linhas de comboio, fábricas, auto-estradas, supermercados e até aeroportos. Não foram precisas mais de trezentas pessoas, em Rennes, para imobilizar o acesso principal durante horas e provocar quarenta quilómetros de engarrafamento.

Bloquear tudo, eis daqui em diante o primeiro reflexo de tudo o que se dirige contra a ordem estabelecida. Numa economia deslocalizada, em que as empresas funcionam just in time, em que o valor deriva da conexão em rede, em que as auto-estradas são peças da linha de montagem desmaterializada que vai de subcontratatação em subcontratatação e daí até à fábrica, bloquear a produção é também bloquear a circulação.

Mas não se deve bloquear mais do que o permitido pela capacidade de reabastecimento e de comunicação dos insurrectos, pela efectiva auto-organização das várias comunas. Como nos alimentamos se tudo estiver paralisado? Pilhar o comércio, como se fez na Argentina, tem os seus limites; por muito imensos que sejam os

templos de consumo, eles não são dispensas infinitas. Adquirir na longa duração a aptidão para encontrar a subsistência elementar implica por isso apropriar-se dos meios da sua produção. E sobre este ponto, parece inútil esperar muito mais tempo. Deixar, como acontece actualmente, a dois por cento da população o cuidado de produzir a alimentação de todos os outros é, simultaneamente, uma inépcia histórica e estratégica.

Libertar o território da ocupação policial; evitar o confronto directo sempre que possível

«Este caso demonstra que não estamos a lidar com jovens que reivindicam mais serviços sociais, mas com indivíduos que pretendem declarar guerra à República», assinalava um bófia mais lúcido sobre os recentes confrontos em França. O ataque que tem como objectivo libertar o território da sua ocupação policial está já em curso, e pode contar com as inesgotáveis reservas de ressentimento que as forças de ordem reuniram contra si. Até os «movimentos sociais» são lentamente contaminados pelos motins, tal como os ravers que, em Rennes, e durante 2005,

lutaram contra a polícia de choque (CRS) todas as quintas-feiras à noite, ou mais recentemente a multidão das festas de Barcelona que destruiu uma rua de estabelecimentos comerciais durante um *botellón*. O movimento contra o CPE assistiu ao regresso regular do Cocktail Molotov. Mas, a esse respeito, certos subúrbios continuam sem remédio. Nomeadamente nessa técnica que se perpetua já há muito tempo: a da armadilha. Por exemplo, no dia 13 de Outubro em Epinay, uma equipa da polícia que rondava a zona depois de um furto de viaturas ficou «encurralada por dois veículos atravessados na estrada e aproximadamente trinta indivíduos com barras de ferro e soqueiras atiraram pedras ao carro e usaram gás lacrimogéneo contra os polícias.» Numa escala mais pequena, pensemos nas esquadras de bairro atacadas durante as horas de encerramento: vidros partidos e carros incendiados.

Outra aquisição dos movimentos recentes é o entendimento de que, doravante, qualquer verdadeira manifestação deve ser «selvagem», isto é, não anunciada à polícia. Ao ser capaz de *escolher o terreno*, podemos, como fez o Black Block em Génova, em 2001, contornar as zonas

vermelhas, evitar o confronto directo, e sermos nós a decidir o percurso, passeando a bófia em vez de sermos conduzidos pela polícia, incluindo aqui os sindicatos ou os pacifistas. Pôde-se ali ver milhares de pessoas determinadas a fazer recuar as carrinhas dos *carabinieri* para depois as incendiar. O importante não é tanto ter mais e melhores armas mas antes ter a iniciativa. A coragem não é nada, a confiança na nossa própria coragem é tudo. Ter a iniciativa ajuda.

Tudo convida, em todo o caso, a encarar os confrontos directos como pontos de fixação das forças adversas, permitindo temporizar e atacar noutro lado – mesmo que seja muito perto. Mesmo se um confronto não puder ser evitado, isso não significa que não possa ser transformado numa simples manobra de diversão. Mais ainda do que pensar sobre as acções, devemos pensar também na sua coordenação. Perturbar a polícia significa fazer com que, estando ela em todo o lado, não seja eficaz em lado nenhum.

Cada acto de perturbação reanima esta verdade, enunciada em 1842: «A vida de um agente de autoridade é penosa; a sua posição na sociedade é tão humilhante e desprezível como o próprio crime. (...) Vergonha e infâmia

circundam-no por todos os lados, a sociedade expulsou-o, isolou-o como a um pária, cospe-lhe o seu desprezo como pagamento, sem remorso, sem pesar, sem compaixão. (...) O cartão de polícia que ele leva na carteira documenta a sua vergonha.» A 21 de Novembro de 2006, os bombeiros que se manifestavam em Paris atacaram a polícia de choque com martelos, ferindo quinze deles. Isto para lembrar que «ter vocação para ajudar os outros» não será nunca uma desculpa para integrar a polícia.

Estar armado. Fazer tudo para tornar o uso da arma supérfluo. Diante do exército, a vitória tem de ser política

Não existe uma insurreição pacífica. As armas são necessárias: a questão é fazer os possíveis para minimizar o seu uso. Uma insurreição é muito mais uma tomada de armas, uma «permanência armada», do que uma passagem à luta armada. Temos todo o interesse em distinguir o armamento do uso de armas. As armas são uma constante revolucionária, ainda que a sua utilização seja pouco frequente, ou pouco decisiva, nos momentos de grande reviravolta: 10 de Agosto de 1792, 18 de Março de 1871, Outubro de 1917. Quando o poder está na sarjeta basta espezinhá-lo.

Na distância que nos separa delas, as armas adquiriram este duplo carácter de fascínio e de desgosto, que apenas o seu manuseamento permite superar. Um pacifismo autêntico não pode ser a recusa das armas, mas sim do seu uso. Ser pacifista sem poder abrir fogo não passa da teorização de uma impotência. Este pacifismo *a priori* corresponde a uma espécie de desarmamento preventivo, é uma pura operação policial. Na verdade, a questão pacifista não se coloca seriamente senão para quem tem o poder de abrir fogo. E, neste caso, o pacifismo será pelo contrário um sinal de força, uma vez que é apenas a partir de uma extrema posição de força que nos vemos dispensados da necessidade de abrir fogo.

De um ponto de vista estratégico, a acção indirecta e assimétrica parece a mais compensadora, a mais adaptada à nossa época: não se ataca frontalmente um exército de ocupação. Pelo contrário, a perspectiva de uma guerrilha urbana à maneira iraquiana, que se veria atolada sem qualquer possibilidade de passar à ofensiva, é mais de temer do que de desejar. A *militarização* da guerra civil é a derrota da insurreição. Os Vermelhos podem muito bem ter triunfado em 1921, a Revolução Russa já está perdida.

É preciso encarar dois tipos de reacções estatais. Uma é a de aberta hostilidade, a outra é mais sorrateira e democrática. A primeira apela à destruição sem peias, a segunda a uma hostilidade subtil mas implacável: não pretende senão recrutar-nos. Podemos ser desfeitos pela ditadura, mas também pelo facto de sermos reduzidos a nunca mais nos opormos *senão à* ditadura. O fracasso consiste tanto em perder uma guerra como em perder a *escolha* da guerra a travar. As duas possibilidades são de resto possíveis, como ficou provado em Espanha de 1936: tanto pelo fascismo como pela República, os revolucionários foram ali duplamente vencidos.

A partir do momento em que as coisas se tornam graves, é o exército que ocupa o terreno. A sua entrada em acção parece menos evidente. Seria para isso necessário um Estado disposto a fazer uma carnificina, o que não se passa actualmente senão enquanto uma ameaça, um pouco como o emprego da bomba nuclear de há meio século para cá. Acontece que, ferida desde há algum tempo, a besta do Estado é perigosa. E acontece que diante do exército, precisamos de uma multidão numerosa, que invada as fileiras e confraternize. Precisamos do

18 de Março de 1871. O exército nas ruas é uma situação insurreccional. O exército que entra em acção é a saída que se precipita. Cada um não tem outro remédio senão tomar posição: escolher entre a anarquia ou o medo da anarquia. É como força política que uma insurreição triunfa. Politicamente, não é impossível triunfar sobre um exército.

Depôr as autoridades localmente

O objectivo de qualquer insurreição é tornar-se irreversível. A irreversibilidade pode ser conseguida quando conseguimos vencer, ao mesmo tempo, a autoridade e a necessidade de autoridade, a propriedade e o gosto de possuir, a hegemonia e o desejo de hegemonia. Eis a razão pela qual o processo insurreccional pode conter em si tanto a forma da sua vitória como a do seu fracasso. No que diz respeito à irreversibilidade, a destruição nunca é suficiente. Tudo reside no método. Existem formas de destruição que provocam inevitavelmente o regresso daquilo que se acabou de destuir. Quem se deixa obcecar pelo cadáver de uma ordem encarrega-se de suscitar a vocação para a vingar. É por isso que, por todo o

lado onde a economia está bloqueada e a polícia neutralizada, interessa colocar a menor ênfase possível no derrube das autoridades. Estas devem ser depostas com um escrupuloso escárnio e indiferença.

À descentralização do poder corresponde, hoje em dia, o fim das centralidades revolucionárias. Há seguramente palácios de Inverno, mas que se destinam mais a ser assaltados por turistas do que por hordas de revolucionários. É hoje possível tomar Paris, Roma ou Buenos Aires, sem que isso seja decisivo. A tomada de Rungis[22] teria certamente mais consequências do que a do Eliseu[23]. O poder já não se concentra num determinado ponto do mundo, ele é o próprio mundo, os seus fluxos e as suas avenidas, as suas pessoas e as suas normas, os seus códigos e as suas tecnologias. O poder é a própria organização da metrópole. É a impecável totalidade do mundo da mercadoria em cada um dos seus pontos. Da mesma maneira, quem o desafia localmente cria uma onda de choque planetário através das redes. Os atacantes de Clichy-sous-Bois encheram de

22 - Instalações de trânsito e armazenamento para as mercadorias em Paris. (NT)
23 - Sede do governo francês. (NT)

felicidade lares americanos, ao mesmo tempo que os insurrectos de Oaxaca encontraram cúmplices em pleno coração de Paris. Para a França, a perda da centralidade do poder significa o fim da centralidade revolucionária parisiense. Cada novo movimento desde as greves de 1995 confirma-o. Já não é lá que surgem as ameaças mais ousadas e mais consistentes. Concluindo, é apenas enquanto mero alvo de razia, puro terreno de pilhagem e campo de destruição, que Paris se distingue ainda. São breves e brutais incursões vindas de fora que se lançam no ponto de máxima densidade dos fluxos metropolitanos. São rastos de raiva que cruzam o deserto desta abundância artificial, para depois se dissiparem. Um dia virá, em que esta espantosa cristalização do poder que é a capital se verá generosamente arruinada, mas isso acontecerá ao fim de um processo que será por todo o lado mais avançado do que ali.

Todo o poder às comunas!

No metro, já não encontramos vestígios daquele embaraço que retrae habitualmente os gestos dos passageiros. Os desconhecidos falam-se, já não se abordam. Um grupo susurra na esquina de uma rua. Ajuntamentos mais vastos nas avenidas discutem seriamente.
Os ataques sucedem-se de uma cidade para a outra, de um dia para o outro. Uma nova caserna foi pilhada e imediatamente incendiada. Os habitantes expulsos de uma casa deixaram de negociar com a Câmara: passaram a habitá-la. Num acesso de lucidez, um gestor acaba de matar um punhado de colegas em plena reunião. Os ficheiros que continham a morada pessoal de todos os polícias e militares, tal como dos empregados da administração penitenciária, acabam de desaparecer, desencadeando uma vaga sem precedente de mudanças precipitadas. Para a antiga mercearia-bar da vila, traz-se o excedente que se produz e procura-se aquilo que faz falta. Ali reunimos também para discutir acerca da situação geral e do material necessário para a oficina mecânica. A rádio mantém os insurrectos informados do recuo das forças governamentais. Um míssil acaba de derrubar o muro da prisão de Clairvaux. Impossível dizer se terá sido um mês ou anos que se passaram desde que começaram os «acontecimentos». O Primeiro-Ministro tem um ar bastante solitário com os seus apelos à calma.

POSFÁCIO:
PONTO DE SITUAÇÃO.

Toda a gente sabe. Isto vai rebentar. É aceite, com um ar pesado ou orgulhoso, nos corredores da Assembleia, tal como ontem se repetia no café. Contentamo-nos com uma avaliação dos riscos. Para já, uma lista detalhada de operações preventivas de demarcação do território. As festividades de passagem de ano revestem-se de contornos decisivos. "É o último ano em que haverá ostras!". Para que a festa não seja totalmente eclipsada pela tradição do motim, são necessários os 36 000 bófias e os 16 helicópteros mobilizados por Alliot-Marie, ela que, aquando das manifestações estudantis de Dezembro, vigiava tremulamente o menor sinal de uma contaminação grega. Ouvimos com cada vez mais clareza, por detrás de uma retórica tranquilizadora, o fragor dos preparativos de uma guerra aberta. Já ninguém pode ignorar a sua assumida, fria e pragmática preparação, que já nem sequer tem o cuidado de se apresentar como uma operação de pacificação.

Os jornais elaboram conscientemente a lista das causas desta súbita inquietude. Há a crise, claro,

com o seu desemprego explosivo, o seu quinhão de desespero e de programas sociais, os seus escandâlos Kerviel ou Madoff. Há o fracasso do sistema escolar que já não consegue produzir trabalhadores, nem sequer moldar o cidadão; nem mesmo a partir das crianças pertencentes à classe média. Existe um mal-estar, dizem-nos, relativo a uma juventude à qual nenhuma representação política corresponde, sempre pronta a enviar os seus carros de assalto às bicicletas gratuitas que lhes são postas à disposição.

Todos estes temas de inquietação não deveriam, no entanto, parecer incontornáveis numa época cujo modo de governação predominante consiste precisamente na gestão de situações de crise. Excepto se considerarmos que aquilo que o poder tem pela frente não é mais uma crise nem uma sucessão de problemas crónicos, de desvios mais ou menos esperados. Mas sim um perigo específico: que se manifeste uma forma de conflito, e de tomada de posição, que está justamente longe de ser *controlável*.

***

Aqueles que, por todo o lado, *são* este perigo, terão que levantar questões menos estéreis, como essas das causas e probabilidades de movimentos

e confrontos que, de qualquer das maneiras, irão acontecer. Entre as quais, a seguinte: De que modo o caos grego ressoa na situação francesa? Um levantamento aqui não pode ser pensado como a simples transposição do que lá se produziu. A guerra civil mundial tem ainda especificidades locais e uma situação de motins generalizados provocaria, em França, uma deflagração de um outro teor.

Os amotinados gregos tiveram pela frente um Estado frágil, aproveitando uma popularidade forte.
Convém não esquecer que, há apenas 30 anos, a democracia se reconstituiu contra o regime dos coronéis através de uma prática de violência política. Esta violência, cuja memória não é assim tão longínqua, parece ainda uma evidência para a maioria dos gregos. Mesmo os líderes do PS local já conheciam o cocktail molotov da sua juventude. Por outro lado, a política *clássica* conhece variantes que sabem muito bem acomodar-se em tais práticas e propagar mesmo no interior dos motins as suas frivolidades ideológicas. Se não foi na rua que se decidiu e terminou a batalha grega – tendo sido a polícia notoriamente ultrapassada – é porque a sua neutralização se jogou noutro lado. Nada é mais exasperante, nada é de facto

mais fatal, do que esta política clássica, com os seus rituais ressequidos, o seu pensamento que não pensa, o seu pequeno mundinho fechado.

Em França, os nossos burocratas socialistas mais exaltados nunca foram mais do que austeros espiões de assembleias, do que responsáveis gélidos. Aqui, tudo conflui para que a mais pequena forma de intensidade política seja aniquilada. Permitindo-nos opor o vândalo ao cidadão. E beber de um reservatório infindável de simulacros de oposições: consumidores contra grevistas, fura-greves contra sequestradores de patrões, boa gente contra escumalha. Uma operação quase linguística que vai de mão dada com medidas quase militares. Os motins de Novembro de 2005 e, num contexto diferente, os movimentos sociais do Outono de 2007 forneceram alguns exemplos de tal procedimento. A imagem dos estudantes ao redor de Nanterre que aplaudem a expulsão dos seus próprios colegas aos gritos de "Allez les bleus" não dá senão uma pequena ideia do que o futuro nos reserva.
Escusado será dizer que o apego dos franceses ao Estado – último garante dos valores universais, última barreira contra o desastre – é uma patologia da qual

é complicado vermo-nos livres. É sobretudo uma ficção incapaz de prosseguir. Até os nossos governantes a consideram uma obstrução cada dia mais inútil, já que, pelo menos, assumem o conflito, militarmente. Não têm nenhum prurido em enviar unidades de elite antiterrorista para dominar as revoltas dos subúrbios ou mesmo um centro de triagem ocupado pelos seus funcionários. À medida que o estado-providência se desmorona o conflicto cru entre os que desejam a Ordem e os que a rejeitam torna-se a principal questão. Tudo o que a política francesa tem vindo a desactivar está em vias de se libertar violentamente. De tudo o que reprimiu não se poderá mais levantar. Podemos contar com o movimento que vem para que encontre, neste nível de decomposição avançada da sociedade, o sopro niilista necessário. O que não impedirá que não encontre outros tantos límites.

Um movimento revolucionário não se espalha por contaminação mas sim por ressonância. Qualquer coisa que se constitui aqui ressoa com a onda de choque emitida por qualquer coisa que se constitui noutro lugar. O corpo que ressoa fá-lo segundo a sua própria forma. Uma insurreição não se propaga como uma peste ou um incêndio florestal – um processo linear, que se desenvolve

gradualmente a partir de uma faísca inicial. É antes algo que ganha corpo como uma música, na qual os seus focos, ainda que dispersos no tempo e no espaço, conseguem impor o ritmo da sua própria vibração. Ganhando sempre maior consistência. De tal modo que qualquer regresso à normalidade não pode ser desejado, nem sequer alcançado.

Quando falamos de Império, nomeamos os dispositivos de poder que, preventivamente, cirurgicamente, retêm todos os devires revolucionários de uma situação. Assim, o Império não é um inimigo que nos confronta. É um ritmo que se impõe, uma forma de actualizar a realidade até ao seu esgotamento. Mais do que uma ordem do mundo trata-se do seu esgotamento triste, pesado e militar.

O que entendemos desde o partido dos insurrectos é o esboço de toda uma nova *composição*, todo um outro plano do real, que da Grécia aos subúrbios franceses procura os seus acordes.

***

É doravante de notoriedade pública que as situações de crise são ocasiões oferecidas à dominação para se reestruturar. Sarkozy pode

assim declarar, sem passar por mentiroso, que a crise financeira corresponde ao "fim de um mundo" e que o ano de 2009 verá a França entrar numa nova era. Esta névoa de crise económica seria então uma novidade. A ocasião para uma bela epopeia que nos veria, todos junto, combater em simultâneo as desigualdades e o aquecimento global. O que para a nossa geração, nascida justamente na crise e que nunca conheceu nada para além dela – crise económica, financeira, social, ecológica – é, como poderão imaginar, relativamente difícil de admitir. Não nos farão engolir mais uma vez a armadilha da crise, com o "vamos começar do zero" e o "basta apertar o cinto durante algum tempo". Na verdade, o anúncio dos números desastrosos do desemprego não provoca em nós qualquer tipo de compaixão. A crise é uma maneira de governar. Quando este mundo parece apenas suportar-se pela infinita gestão da sua própria derrota.

Gostariam de nos ver a apoiar o Estado, mobilizados, solidários com um improvável remendo da sociedade. Mas a mobilização por uma mudança desse género repugna-nos de tal modo que é bastante mais provável que nos decidamos a abater definitivamente o capitalismo.

O que está em guerra não são as formas variáveis de gerir a sociedade. São, isso sim, as ideias, irredutíveis e irreconciliáveis, de felicidade e seus mundos. O poder sabe-o e nós também. Os resíduos militantes que nos observam, cada vez mais numerosos, cada vez menos identificáveis – arrancam os cabelos para nos fazerem entrar nas pequenas categorias das suas pequenas cabeças. E no entanto estendem-nos a mão para melhor nos sufocar; com as suas derrotas, a sua paralisia, as suas débeis problemáticas. De eleições a "transições", serão aqueles que nos afastam cada vez mais da possibilidade do comunismo. Felizmente, já não perdemos tempo com traições nem decepções.

O passado deu-nos demasiadas respostas erradas para que não saibamos agora que eram as próprias perguntas que estavam erradas.

Neste sentido, não temos escolha possível:

o fetichismo da espontaneidade	OU	o controlo pela Organização
a bricolage das redes militantes	OU	a *Baguette* da hierarquia

agir desesperadamente agora	OU	esperar desesperadamente mais tarde

colocar entre parênteses o que há para viver e experimentar, aqui e agora, em nome de um paraíso, que pelo seu afastamento constante se assemelha cada vez mais a um inferno	OU	remastigar cadáveres pelo facto de estarmos convencidos que cultivar cenouras é suficiente para escapar deste pesadelo

A escolha do embaraço.

As Organizações são um obstáculo ao propósito de organização. Na verdade, não existe nenhuma diferença entre o que somos, o que fazemos e o que devimos. As organizações – políticas ou sindicais, fascistas ou anarquistas – começam sempre por separar praticamente estes aspectos da existência. E de seguida o seu formalismo estúpido é apresentado oportunamente como único remédio para esta separação. Organizar-se não significa dar uma estrutura à impotência. É

sobretudo estabelecer laços, laços que não são neutros, laços terrivelmente direccionados. O grau de organização mede-se pela intensidade da partilha, material e espiritual.

Portanto, desde já: "organizar-se materialmente para subsistir, organizar-se materialmente para atacar". Que um pouco por todo o lado se elabore uma nova ideia de comunismo. Na sombra dos bares, das tipografias, das okupas, dos vãos de escada, das quintas, dos locais desportivos, cumplicidades ofensivas podem nascer; cumplicidades depois das quais o mundo se torna subitamente mais sustentado. É preciso não recusar a estas cumplicidades preciosas os meios que exigem para desenvolver a sua força.

Aí se situa a possibilidade verdadeiramente revolucionária da época. Os tumultos cada vez mais frequentes têm isso de formidável, pois constituem em cada momento a ocasião de cumplicidades deste género, por vezes efémeras mas também por vezes inabaláveis. Existem aqui seguramente uma espécie de processo acumulativo. No momento em que milhares de jovens tomam a peito a deserção e sabotagem deste mundo, é preciso ser estúpido como um bófia para procurar uma célula financeira, um chefe ou uma insensatez.

*
* *

Dois séculos de capitalismo e de niilismo mercantil culminaram na mais extrema estranheza, em relação a si mesmo, aos outros, aos mundos. O indivíduo, esta ficção, decompõe-se à mesma velocidade que se torna real. Filhos da metrópole, fazemos esta aposta: é a partir do mais profundo despojamento da existência que se desenvolve a possibilidade, sempre silenciada, sempre conjurada, do comunismo. Em definitivo, é contra toda uma antropologia que estamos em guerra. Contra a própria ideia de homem.

O comunismo portanto, como pressuposto e como experimentação. Partilha de uma sensibilidade e elaboração de uma partilha. Evidência do comum e construção de uma força. O comunismo enquanto matriz de um assalto minucioso, audacioso, contra a dominação.

Como apelo e como nome, de todos os mundos resistentes à pacificação imperial, de todas as solidariedades irredutíveis ao reino da mercadoria, de todas as amizades que assumem a necessidade da guerra. COMUNISMO. Sabemos que é um termo que devemos usar com precaução. Não pelo facto de, no grande desfile das palavras, já

não estar na moda. Mas porque os nossos piores inimigos a usaram e continuam a usar. Insistimos. Certas palavras são como campos de batalha, cujo significado é uma vitória, revolucionária ou reaccionária, necessariamente arrancado a ferros.

Desertar da política clássica significa assumir a guerra, que se situa também no terreno da linguagem. Ou antes, na forma como se unem as palavras, os gestos e a vida, indissociavelmente. Quando se dedica tantos esforços para aprisionar por terrorismo uns jovens camponeses comunistas, que teriam participado na redacção d'A Insurreição que vem, não é por "delito de opinião" mas sobretudo porque eles poderiam encarnar uma forma de conter dentro da mesma existência os actos e o pensamento. E isto geralmente não é perdoado.

Esta gente não é acusada de ter escrito algo, nem sequer de ter atacado fisicamente os fluxos sacrossantos que irrigam a metrópole. É acusada possivelmente de ter vinculado a estes fluxos a densidade de um pensamento e de uma posição política; por um acto, aqui, tenha podido fazer sentido segundo uma outra consistência do mundo, diferente daquela, desértica, do Império.

O antiterrorismo pretendeu atacar o devir possível de uma "associação de malfeitores". Mas o que é atacado de facto é o devir da situação. A possibilidade de que detrás de cada merceeiro se esconda alguma má intenção e detrás de cada ideia os actos que ela reclama. A possibilidade de propagação de uma ideia do político, anónima mas palpável, disseminada e incontrolável, que não possa ser arrumada no cubículo da liberdade de expressão.

Não há a menor sombra de dúvida que será a juventude a primeira a afrontar selvaticamente o poder. Os últimos anos, dos motins da primavera de 2001 na Argélia aos do inverno de 2008 na Grécia, são uma sucessão de avisos a este propósito. Aqueles que há trinta ou quarenta anos se revoltaram contra a moral dos seus pais não deixarão de reduzir isto a um novo conflito de gerações, senão mesmo a um efeito previsível da adolescência.

O único porvir de uma "geração" é o de ser a precedente; num caminho que, invariavelmente, leva ao cemitério.
A tradição queria que tudo começasse por um "movimento social". Sobretudo num momento em que a esquerda, que não pára de se

decompor, procura restabelecer benevolamente a sua credibilidade na rua. Só que na rua, já não tem o monopólio. Basta ver como a cada nova mobilização dos liceus – como em tudo o que ela ousa apoiar – há um fosso que não pára de crescer entre as suas reivindicações aborrecidas e o nível de violência e determinação do movimento

Desse fosso devemos fazer uma trincheira.

Se vemos os "movimentos sociais" se sucederem e perseguirem uns aos outros, nada deixando de visível atrás deles, é ainda assim necessário constatar que alguma coisa persiste. Um rasto de pólvora que liga o que em cada evento não se deixa disciplinar pela temporalidade absurda do recuo de uma lei ou de qualquer outro pretexto. Por golpes, e a seu ritmo, vemos qualquer coisa como uma força que se desenha. Uma força que não se submete ao seu tempo mas que o impõe, silenciosamente.

Não é mais tempo para prever desmoronamentos nem para demonstrar felizes possibilidades. Que venham tarde ou cedo, é necessário se preparar. Não há que fazer um esquema do que deveria ser uma insurreição, mas sim trazer a possibilidade do levantamento àquilo que nunca deveria ter

deixado de ser: um impulso vital da juventude tanto quanto uma sabedoria popular. Na condição de se saber mover, a inexistência de um esquema não é um obstáculo mas sim uma oportunidade. É, para os insurrectos, o único espaço que lhes pode garantir o essencial: conservar a iniciativa. Resta suscitar, manter como se mantém uma fogueira, um certo vislumbre, uma certa febre táctica que, chegado o momento, agora mesmo, se revele determinante e uma fonte constante de determinação. Desde já reaparecem certas questões que ainda ontem poderiam parecer grotescas ou obsoletas; resta se empenhar, não para responder definitivamente mas para as manter vivas. Tê-las reposto sobre a mesa não é de longe a menor das virtudes do levantamento grego:

De modo uma situação de revoltas generalizadas se transforma numa situação insurreccional? Que fazer depois de tomar a rua, uma vez que a polícia tenha sido derrotada de forma duradoira? Os parlamentos merecem ainda ser tomados de assalto? O que quer dizer na prática depor o poder localmente? Como decidir? Como subsistir?

Como se reencontrar?

Também nas Edições Antipáticas:

A Sociedade do Espectáculo

Guy Debord

Da Miséria nos Ambientes Subversivos.

Tiqqun

Appel

Anónimo

Disponíveis nas melhores livrarias.

Edições Antipáticas - Livros para jovens
Radioleonor@gmail.com